

AGROECOLOGIA, AGRONEGÓCIO E A EDUCAÇÃO DO CAMPO

Monografia apresentada para a obtenção do título de Especialista em Educação do Campo, Curso de Pós-Graduação em Educação do Campo, Departamento de Planejamento e Administração Escolar, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Jaci Poli

CURITIBA

2007

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	3
1 - TRAJETÓRIA HISTÓRICA DO DESENVOLVIMENTO DO CAMPO	4
O Campesinato e o conceito de campo na História	4
História do Campesinato no Brasil	11
Uma história de lutas e de violência	15
2. A COLONIZAÇÃO E OCUPAÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO BRASILEIRO	17
3 - A EDUCAÇÃO DO CAMPO E SEU PAPEL NA SUPERAÇÃO DO AGRONEGÓCIO	23
Origens da concepção de educação do campo.....	23
Projeto Político de agricultura familiar e Campesinato expresso nas diretrizes de educação do campo	28
Contradições entre educação do campo e educação rural	31
Contradições da educação do campo com o agronegócio	34
4 - POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO DO CAMPO	37
As políticas públicas e sua relação com o campo no Brasil	37
5 - A AGROECOLOGIA COMO ALTERNATIVA PARA O CAMPESINATO NA CONSTRUÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DO CAMPO	45
O conceito de Agroecologia, sua relação com o conceito de campo e sua contradição com o conceito de Agronegócio	45
Os fundamentos da agroecologia e sua relação com a sustentabilidade do campesinato.....	47
CONCLUSÃO.....	55
REFERÊNCIAS.....	58

INTRODUÇÃO

O modelo de desenvolvimento adotado pelo Brasil mudou muito nas últimas décadas, transformando-o num país predominantemente urbano. No entanto, ao lado dessa urbanização crescente e da constituição de imensas concentrações populacionais nas regiões metropolitanas, a grande maioria dos municípios brasileiros tem sua dinâmica econômica e social marcada pelas atividades rurais, agrícolas e não-agrícolas. No campo, o chamado agronegócio é considerado por muitos a expressão da modernidade no setor rural. No entanto, a maior parte dos alimentos consumidos pela população é produzida pelos agricultores familiares. Agricultores estes, homens e mulheres, que sofrem uma constante pressão dos mecanismos que alimentam o processo de concentração de riqueza, propriedade e poder na sociedade brasileira. Ou seja, confrontar a estrutura agrária do país implica contestar o próprio modelo de desenvolvimento que privilegia, entre outras, a grande propriedade, o mercado externo e a desregulamentação do trabalho na cidade e no campo.

“Nos últimos 25 anos, tem havido um ataque generalizado à solidariedade, à democracia, ao direito social ou a qualquer outra coisa que interfira com o poder privado; são muitos os objetivos. Um desses objetivos é indubitavelmente a educação... Há um grande esforço para debilitar tudo isso, para tratar de privatizar as aspirações para assim controlar totalmente as pessoas. Privatizando as aspirações estaremos completamente controlados. O poder privado vai pelo seu próprio caminho, o resto das pessoas tem que se subordinar a ele.” (Chomsky, 2004:1)

Diante desse contexto, é necessário que as escolas passem a adotar, através de seus professores e dirigentes, as propostas da Educação do Campo para conquistar espaços de luta, não perdendo de vista a utopia de construir um novo projeto de desenvolvimento do campo.

1 - TRAJETÓRIA HISTÓRICA DO DESENVOLVIMENTO DO CAMPO

"... Então o camponês descobre que, tendo sido capaz de transformar a terra, ele é capaz também de transformar a cultura, renasce não mais como objeto dela, mas também como sujeito da história." Paulo Freire

O Campesinato e o conceito de campo na História

Para analisar o desenvolvimento do campo é necessário buscar as raízes históricas do campesinato. As referências mais importantes aos problemas das populações do campo têm seu marco histórico em LÊNIN (1985), para quem a intensificação do capitalismo no campo resultaria na emergência de classes antagônicas, constituídas basicamente de uma pequena parcela de camponeses capitalizados, integrados, e de outra classe convertida em proletariado, sua grande maioria.

KAUTSKY (1980) retoma essa questão sob um enfoque diferente, demonstrando a superioridade técnica da exploração capitalista frente à agricultura familiar, reduzindo o camponês a um trabalhador disfarçado para o capital. Isso decorria da impossibilidade deste em incorporar a tecnologia e a organização da produção capitalista da agricultura industrializada.

Nessa ótica, o camponês seria um resíduo do processo de industrialização do campo, fadado ao desaparecimento. Diferente do que pensavam os demais, Alexander Chayanov (1985) tinha no centro das suas preocupações a estratégia de sobrevivência do camponês, característica mais comum dessas unidades de produção. Para este autor, o camponês desenvolveu uma particularidade cognitiva que o distanciava da natureza mercantil que norteava a lógica inevitável de introdução do capitalismo no meio rural, de forma que seu esforço produtivo estava relacionado diretamente com a satisfação imediata das necessidades de sobrevivência da família.

Compartilhando em parte dessas idéias quanto às especificidades do campesinato, Jerzy Tepicht (1973), afirmava que esta categoria camponesa, por suas características, constituía um modo de produção que, mesmo não possuindo formação social específica, tinha a capacidade de conviver dentro de outras

formações sociais. No transcorrer desse embate, o autor afirmava que essa insistência em se ocupar com determinada atividade, aparentemente menos econômica, seria um exemplo instrutivo, não da estupidez ou filantropia camponesa, mas do erro que se comete acreditando que há somente uma racionalidade econômica no tempo e no espaço (TEPICK, 1973, apud SIDERSKY, 1991).

Foram diversas as formas sociais que assumiram as famílias dos moradores do campo em realidades e em tempos diferentes. Muitas terminologias foram empregadas historicamente para se referir ao mesmo sujeito: camponês, pequeno produtor, lavrador, agricultor de subsistência, agricultor familiar. A substituição de termos obedece, em parte, à própria evolução do contexto social e às transformações sofridas por esta categoria, mas é resultado também de novas percepções sobre o mesmo sujeito social.

Como expressa Nazareth Wanderley, “a agricultura familiar não é uma categoria social recente, nem a ela corresponde uma categoria analítica nova na sociologia rural. No entanto, sua utilização, com o significado e abrangência que lhe tem sido atribuído nos últimos anos, no Brasil, assume ares de novidade e renovação.” (WANDERLEY, 2001: 21)

É importante notar o debate em torno da compreensão dos papéis do campesinato na contemporaneidade, na sociedade brasileira, tanto em sua defesa quanto em sua negação é polêmico e povoado de matizes ideológicos. A presença do campesinato, notadamente pela sua resistência em não desaparecer era o sinal de que o período transitório para a definitiva implantação do capitalismo no campo ainda não se havia implementado, sendo que assim que se efetivassem os camponeses desapareceriam. (KAUTSKY, 1982)

Esse posicionamento que atravessa os tempos e que reserva aos camponeses uma segunda ordem de importância, tendo em vista não lhes corresponder nenhum papel relevante na luta de classes, está baseado, pois, no fato de que não ocupam lugar central na produção do valor. Diferentemente do operário, os camponeses não estão unidos entre si por relações múltiplas, e o fato de serem proprietários da terra não lhes possibilita consciência crítica em relação à superação

da propriedade privada, pelas contingências políticas e históricas do passado, sobretudo os séculos XVIII e XIX na Europa (Inglaterra, França, Alemanha).

Os camponeses resistentes ao desaparecimento eram considerados conservadores e subalternos à classe operária, sua prática conflitiva teria que ser neutralizada ou aliada aos pressupostos do protagonismo da classe operária (rural e urbana).

Nos países tipicamente capitalistas, a classe operária industrial/urbana revolucionária engloba sem restrições o operário agrícola das grandes empresas, mas evita a regressão do operário rural à condição de pequeno camponês. Essa desconfiguração social do campesinato enquanto classe, também lhes valeu a qualificação de reacionários, como retratado no Manifesto do Partido Comunista de Marx e Engels, de 1848, e com a mesma contundência, tendo por base as contingências históricas e políticas da França em meio à revolução de fevereiro de 1848. Em vista disso, defendia-se que não fazia sentido esperar que na periferia do sistema pudesse se gestar uma formulação alternativa mais à frente do que nos países centrais. O atraso era dimensionado como semifeudalidade, portanto, o camponês seguia atado à terra, por múltiplos procedimentos extraeconômicos, e como fornecedor de mão-de-obra para os grandes proprietários rurais e para o setor industrial urbano. (LENIN, 1982)

Nesse pensamento estava o pressuposto de que a superação do metabolismo do capital ocorreria nas sociedades capitalistas desenvolvidas e maduras, tendo em conta que nestas a relação de exploração do trabalho estaria mais generalizada e plenamente desenvolvida. A idéia de que o modo capitalista de produção não permite a existência do campesinato parte do princípio de que a produção de mercadoria é a força totalizadora do progresso e do desenvolvimento das forças produtivas. Assim, somente o desenvolvimento pleno do capitalismo seria capaz de criar as condições para a construção e passagem para o socialismo. Após a revolução burguesa viria a revolução operária ou do operariado, e a implantação do socialismo. O que aconteceu nas primeiras décadas do século XX, com a Revolução Russa, em 1917, depois a Chinesa, nos anos 1940, não confirmou essas previsões. Mas, não alterou a estrutura conceitual e a ordem de grandeza das

categorias analíticas da sociedade do capital. Engels (1981) afirmava que os camponeses deveriam se constituir em outro sujeito político ou num operário agrícola, forjado no interior do processo de coletivização de terras, para assim contribuírem com a revolução e com a construção do socialismo. Kautsky (1981), também indicava que o parcelamento das terras não possibilitaria a emancipação dos camponeses, diante da situação que os mantinha na miserabilidade, sendo que deveria se adotar o sistema cooperativo como pressuposto para reunir proprietários dos meios de produção e o trabalho, para superar a produção camponesa e construir o socialismo.

Após essa análise histórica, percebemos que hoje a lógica capitalista aponta para um projeto de desenvolvimento *único* para o conjunto da sociedade, todavia seu recorte para o campo está afinado aos interesses exclusivos de classe (das classes dominantes nacionais e estrangeiras). Estas, representadas pelas grandes empresas capitalistas relacionadas ao agronegócio, cujos vínculos se estendem de forma mais ou menos expressiva ao capital industrial (químico-agroalimentário), capital bancário e financeiro, aos latifundiários, grileiros de terras públicas e devolutas.

As formas de produção praticadas pelos camponeses são rechaçadas, mesmo que haja determinados interesses econômicos no seu formato estruturado no trabalho familiar e subordinando seu processo autônomo de geração de renda e de excedentes. Podemos observar que a aceitação paradoxal do “camponês” por parte da lógica capitalista está relacionada à adoção de formas de produção, de insumos, de tecnologias, de rotinas e de relações de produção, que não respondem historicamente aos anseios da autonomia e da preponderância da organização familiar do trabalho no campo.

Essa lógica perversa acaba empurrando os camponeses a adotar a racionalidade capitalista, negando-se e transformando-se em agricultores familiares em escala empresarial, adotando o agronegócio. É por esse caminho que contingentes expressivos de camponeses, organizações sindicais, movimentos sociais populares no campo, intelectuais, defendem e multiplicam os valores da concepção burguesa de mundo.

Nesse contexto, a apropriação de grandes parcelas de terras rurais é considerada pela ideologia dominante como necessária à expansão do grande capital no campo e do agronegócio burguês. Isso ideologicamente considerado como um comportamento moderno. Moderno, aqui, é aquele previsto na racionalidade dominante do agronegócio burguês, contraditório à bio e à etnodiversidade, à democratização do território rural, à preservação do meio ambiente e à produção de produtos agropecuários que garantam qualidade para a saúde humana. O lucro resultante da produção agropecuária e florestal mais as formas similares de acumulação primitiva pela apropriação de terras devolutas, das florestas, das águas e dos minérios são os eixos emuladores da expansão capitalista no campo. Essa racionalidade dominante do moderno tem provocado a ruína das conquistas sociais e dos direitos humanos obtidos duramente pela maioria da população brasileira.

Assim, nos deparamos com a questão agrária historicamente marcada pela conflitualidade no campo pela questão da terra, com a globalização e seus efeitos caracterizados pela exclusão e produção de desigualdades que afetaram o campo nesses últimos anos culminando com as políticas neoliberais que produziram o Agronegócio.

As produções bibliográficas sobre a questão agrária hoje possuem distintas visões a respeito do Projeto de Desenvolvimento do Campo. Podemos ter várias compreensões referentes ao problema, que se interagem, se misturam e se distanciam, contribuindo ora para o seu desenvolvimento, ora para o seu emperramento.

A questão agrária, por exemplo, é analisada por Bernardo Mançano Fernandes como o conjunto dos problemas criados no desenvolvimento da agricultura e da pecuária na sociedade capitalista. Esse autor identifica os problemas referentes à questão agrária na América Latina relacionados à intensa concentração da estrutura fundiária, aos processos de expropriação, desemprego e exclusão dos camponeses, camponeses indígenas e trabalhadores assalariados.

A questão agrária é, portanto, própria do desenvolvimento do capitalismo.

Para Abramovay, "onde o capitalismo se implanta, onde o mercado começa a dominar a vida social, onde a racionalidade econômica toma conta do comportamento dos indivíduos, os laços comunitários acabam por perder seu poder agregador e os camponeses vêm desvanecerem-se as bases objetivas de sua própria reprodução social". A empresa familiar é que seria criatura do capitalismo, ou melhor, do Estado capitalista. Isso porque a existência do "campesinato" pressupõe um conjunto de vínculos sociais dados pela tradição, pela comunidade, pelas relações personalizadas de dependência e igualdade, e a integração incompleta e parcial no mercado. Assim Ricardo Abramovay escreve sobre o Paradigma do Capitalismo Agrário.

Uma questão importante nesses paradigmas é o sujeito do processo. Quando o campesinato é sujeito, quando é o capital e ou o Estado. Tanto na academia quanto nos governos e nas políticas públicas, essas correntes teóricas estão presentes e determinam os rumos das políticas e da luta pela terra e por determinado projeto de desenvolvimento do campo.

Nesse contexto, a Educação do Campo deve subsidiar educadores e educandos para o enfrentamento dessas políticas, ajudando na construção de alternativas viáveis para o desenvolvimento do campo com sustentabilidades, solidariedade e justiça. Assim sendo, é necessário um trabalho de pesquisa que permita um maior aprofundamento nas questões do Agronegócio e da Agroecologia como práticas antagônicas para analisar a problemática do paradigma do camponês atualmente.

Segundo Bernardo Mançano, o paradigma da desintegração do campesinato relaciona o tema com as atividades não-agrícolas, com o assalariamento, ou até mesmo com o salário desemprego, como políticas públicas para os trabalhadores rurais expulsos ou expropriados do campo.

O paradigma da agricultura familiar defende a diferenciação entre agricultura camponesa e agricultura familiar, propondo a "integração ao capital e ao mercado" como formas modernas de desenvolvimento do campo, aceitando políticas de compra e venda de terra como condição de acesso à terra.

O paradigma da produção capitalista das relações não capitalista de produção compreende, na lógica desigual e contraditória do desenvolvimento da agricultura no capitalismo, as possibilidades de (re)criação o campesinato, desde por meio dos processos econômico – geográficos, como por exemplo: o arrendamento da terra e da migração; como pelos processos de espacialização e territorialização da luta pela terra, como por exemplo: as ocupações de terra.

Como podemos perceber, essas referências são também ideologias que constroem análises e influenciam as compreensões do problema. Desde os clássicos do final do século XIX têm-se prognosticado o desaparecimento do campesinato, mas o que tem acontecido na realidade é um processo permanente de resistência. Observando, então, os paradigmas que disputam a explicação da Questão Agrária. Um procura afirmá-la. Outro procura negá-la.

O paradigma da Questão Agrária defende que destruição do campesinato pela sua diferenciação não determina o seu fim. O capital, ao se apropriar da riqueza produzida pelo trabalho camponês, gera a diferenciação e a destruição do campesinato, mas também interessa ao capital a continuação desse processo para o seu próprio desenvolvimento.

Para Bernardo Mançano, em diferentes condições, a apropriação da renda é mais interessante ao capital do que o assalariamento. Por essa razão, os capitalistas oferecem suas terras em arrendamento aos camponeses ou oferecem condições para a produção nos imóveis camponeses. Assim, temos três formas de recriação do campesinato: pelo arrendamento, pela compra da terra e pela ocupação da terra. Dessa maneira, se desenvolve num constante processo de territorialização de desterritorialização da agricultura camponesa, ou de destruição e recriação do campesinato. O que é compreendido como fim também tem o seu fim na poderosa vantagem que o capital tem sobre a renda da terra, gerada pelo trabalho familiar ou comunitário.

No paradigma da Questão Agrária, o camponês não se limita à lógica do capital, de modo que a perspectiva de enfiamento no capitalismo torna-se uma condição possível. Daí a ocupação de terra ser uma das formas de luta mais presentes nos movimentos camponeses, porque fere seu âmago. Também a

compreensão de uma economia da luta, em que a conquista da terra não dever ser transformada na condição única de produção de mercadorias, mas igualmente na produção da vida em sua plenitude, bem como do enfrentamento com o capital, para a recriação continuada do campesinato.

A economia política deste paradigma contempla o mercado simultaneamente ao uso dessa condição para promover a luta pela terra e pela reforma agrária. Por essa razão, enfrenta desafios com a realidade comanda pelo capital, já que este quer o camponês apenas como produtor de mercadorias e jamais como produtor de conhecimentos avessos aos princípios do capital.

É nesse contexto que a Educação do Campo precisa estar presente, atentando para os fundamentos ideológicos dessa discussão teórica, para que no cumprimento de seus objetivos de humanização se comprometa com a formação de sujeitos sociais autônomos, contribuindo assim para a construção de uma nova sociedade.

História do Campesinato no Brasil

Para analisar o modelo original do campesinato brasileiro é preciso observar as particularidades dos processos sociais mais gerais, da própria história da agricultura brasileira, especialmente: o seu quadro colonial, que se perpetuou, como uma herança, após a independência nacional; a dominação econômica, social e política da grande propriedade; a marca da escravidão, e a existência de uma enorme fronteira de terras livres ou passíveis de serem ocupadas pela simples ocupação e posse.

Desde a chegada dos europeus no Brasil, a grande propriedade, se impôs como modelo socialmente reconhecido. Foi ela quem recebeu aqui o estímulo social expresso na política agrícola, que procurou modernizá-la e assegurar sua reprodução. A agricultura familiar sempre ocupou um lugar secundário e subalterno na sociedade brasileira. Quando comparado ao campesinato de outros países, foi historicamente um setor "bloqueado", impossibilitado de desenvolver suas potencialidades enquanto forma social específica de produção. (WANDERLEY.1995)

Assim, a história do campesinato no Brasil pode ser definida como o registro das lutas para conseguir um espaço próprio na economia e na sociedade. Interessa, portanto, saber, que condições ele encontra - estímulos ou obstáculos - e de que maneira os absorve ou os supera em sua trajetória. Podem ser citados três objetivos, dentre muitos outros, que parecem permanecer ao longo da história do campesinato brasileiro e que se constituem como núcleos centrais, em torno dos quais se estrutura, até hoje, o amplo leque das estratégias adotadas: as lutas por um espaço produtivo, pela constituição do patrimônio familiar e pela estruturação do estabelecimento como um espaço de trabalho da família.

Em nosso país, a construção de um espaço camponês efetuou-se, na maioria dos casos, sob o signo da precariedade estrutural, que o torna incapaz de desenvolver todas as potencialidades do próprio sistema clássico de produção e de vida social, diferenciando-o, portanto, da estrutura européia, antes considerada, capaz de fechar o círculo da subsistência.

Antônio Cândido, analisando os caipiras paulistas, diz que estes caipiras são, sem dúvida, camponeses, portadores de uma cultura rústica. Porém, os elementos definidores do campesinato, no sentido clássico, encontram-se, neste caso, em um patamar que este autor definiu como os níveis mínimos vitais e sociais. É como se eles estivessem no degrau inferior de uma escala que pudesse medir a natureza camponesa de um grupo social de agricultores. A sociedade caipira tradicional elaborou técnicas que permitiram estabilizar as relações do grupo com o meio (embora em nível que reputaríamos, hoje, precários), mediante o conhecimento satisfatório dos recursos naturais, a sua exploração sistemática e o estabelecimento de certa dieta compatível com o mínimo vital - tudo relacionado a uma vida social de tipo fechado, com base na economia de subsistência. (CÂNDIDO.1964:19)

Neste caso, chamaria a atenção, especialmente, para as dificuldades encontradas para a implantação de um sistema produtivo diversificado, semelhante ao da policultura-pecuária, próprio do campesinato tradicional. Embora, o consumo de proteínas na alimentação humana pudesse ser assegurado, nos níveis mínimos, através das atividades de caça e pesca, a ausência da criação animal afetava

diretamente, as possibilidades de fertilização natural, só compensada pelo constante deslocamento das áreas de culturas.

Neste nível de precariedade, certamente não há muito como construir um patrimônio familiar. Podemos, no entanto, formular a hipótese de que, no caso dos caipiras, por muito tempo, o projeto para o futuro, pelo qual as gerações atuais se comprometem com as gerações que as sucedem, pôde ser assegurado, graças às possibilidades de mobilidade espacial abertas pela prática da agricultura itinerante e, sobretudo, pelo sistema de posse precária da terra. De certa forma, o patrimônio transmitido era o próprio modo de vida.

Evidentemente, não é possível generalizar esta situação limite - isto é, este padrão correspondente aos mínimos vitais e sociais - para o conjunto do campesinato brasileiro, em seus diversos momentos e em todo o território nacional.

Porém, mesmo considerando que as formas da precariedade são diferenciadas, os camponeses tiveram, de uma maneira ou de outra, que abrir caminho entre as dificuldades alternativas que encontravam: submeter-se à grande propriedade ou isolar-se em áreas mais distantes; depender exclusivamente dos insuficientes resultados do trabalho no sítio ou completar a renda, trabalhando no eito de propriedades alheias; migrar temporária ou definitivamente.

São igualmente fonte de precariedade: a instabilidade gerada pela alternância entre anos bons e secos no sertão nordestino; os efeitos do esgotamento do solo nas colônias do Sul. A respeito desta última situação, lembraria que Jean Roche, autor de um clássico estudo sobre a colonização alemã no Rio Grande do Sul, é atento às fragilidades estruturais da agricultura colonial. Para ele, a vida na colônia evolui, em geral, em 4 fases: a adaptação, expansão, seleção, e regressão. Esta última, fase de declínio, ocorre quando os solos se esgotam e a terra disponível não é mais suficiente, do que resulta, freqüentemente, o deslocamento da população local para outras áreas, onde recomeçará o ciclo. (ROCHE.1969)

Uma história de lutas e de violência

Os conflitos sociais no campo brasileiro e sua marca ímpar, a violência, não são uma exclusividade apenas do século XX. São marcas constantes do desenvolvimento e do processo de ocupação do país. Os povos indígenas foram os primeiros a conhecer este processo. Há mais de 500 anos vêm sendo submetidos a um verdadeiro etno/genocídio histórico.

O território capitalista, no Brasil, tem sido produto da conquista e destruição dos territórios indígenas. Essa luta entre as nações indígenas e a sociedade capitalista européia, anteriormente, e de características nacionais *versus* internacional, na atualidade, nunca cessou na história do Brasil.

Os indígenas, acudados, lutaram, fugiram e morreram. Na fuga, deixaram uma rota de migração, confrontos entre povos e novas adaptações. A Amazônia é seguramente seu último reduto. Mas a sociedade brasileira capitalista, mundializada, insiste na sua capitulação. As "reservas" indígenas, frações do território capitalista para aprisionar o território liberto indígena, são demarcadas, porém, muitas vezes desrespeitadas.

Simultaneamente à luta dos povos indígenas, nasceram as lutas dos escravos negros contra os senhores fazendeiros rentistas. Dessas lutas e das fugas dos escravos, nasceram os quilombos, verdadeiras terras da liberdade e do trabalho de todos no seio do território capitalista colonial.

Muitos quilombolas morreram em decorrência da verdadeira guerra promovida pelos senhores de escravos. Hoje, tardiamente, a sociedade brasileira começa a reconhecer os direitos dos remanescentes de quilombos à terra.

Os posseiros são outra parcela dos camponeses sem terra que vêm historicamente lutando numa ponta contra a expropriação que os gera e, na outra, contra os jagunços, "gendarmes de plantão" dos latifundiários especuladores e grileiros. Muitos foram seus movimentos: Canudos, Contestado, Trombas e Formoso fazem parte dessas muitas histórias das lutas pela terra e pela liberdade no campo brasileiro. São, também, memórias da capacidade de resistência e de construção

social desses expropriados na busca por uma parcela do território e memórias da capacidade destruidora do capital, dos capitalistas e de seus governos repressores.

Nos anos 50 e 60 do século XX as ligas camponesas sacudiram o campo nordestino e ganharam projeção nacional, mas muitas de suas lideranças foram assassinadas. A Confederação dos Trabalhadores da Agricultura (Contag) foi criada e o governo de João Goulart iniciou um processo de Reforma Agrária, criando a SUPRA. Entretanto, a violência do golpe militar de 64 sufocou o anseio de liberdade do morador sujeito dos latifúndios armados do Nordeste brasileiro e de muitos camponeses sem terra que a crise do café e o início da industrialização estavam gerando. Os militares extinguiram a SUPRA e criaram o Instituto Brasileiro da Reforma Agrária (IBRA), mas, Reforma Agrária, nunca fizeram, mesmo depois de promulgarem o Estatuto da Terra, em novembro de 1964.

Dessa forma, violência tem sido a principal característica da luta pela terra no Brasil. O número de mortos em conflitos no campo mostra que essa violência parece não ter fim. No período entre 1964 e 1971, a maior parte das mortes ocorreu na região Nordeste, na intenção dos latifundiários de frear, pela violência, os ideais semeados pelas Ligas Camponesas. A partir de 1972, foi na Amazônia que se concentrou o maior número de assassinatos no campo, embora continuassem presentes também no Nordeste e no Centro-Sudeste.

A década de 70 foi marcada sobretudo pela luta dos posseiros na Amazônia. O governo militar, com sua política territorial voltada para os incentivos fiscais aos empresários de um lado, e, de outro, fomentando, também, na Amazônia, a colonização como alternativa à Reforma Agrária nas regiões de ocupação antiga (NE, SE e S), criou o cenário para a violência. Os empresários, para ter acesso aos incentivos fiscais, tinham de implantar seus projetos agropecuários na região, que estava ocupada pelos povos indígenas e, em determinadas áreas, pelos posseiros.

Muitos foram os conflitos violentos. Os povos indígenas foram submetidos ou ao genocídio ou ao etnocídio. Aos posseiros não restou melhor sorte: ou eram empurrados para novas áreas na fronteira que se expandia ou eram expulsos de suas posses e migravam para as cidades que nasciam na região.

Assim, diante dessas considerações, é possível concordamos com a análise de Wanderley (1993: 30), afirmando que a reprodução da agricultura familiar no Brasil, ou a história do campesinato do país, “sempre esteve associado às lutas dos próprios agricultores”,

“A luta pela terra assume assim uma significação primordial, constituindo-se como uma espinha dorsal, norteador o conjunto dos comportamentos sociais, desde as estratégias implementadas no âmbito familiar até os movimentos coletivos de abrangência mais geral.” (Wanderlei, 1993)

2. A COLONIZAÇÃO E OCUPAÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO BRASILEIRO

“Seria horrível se tivéssemos a sensibilidade da dor, da fome, da injustiça, da ameaça sem nenhuma possibilidade de captar a ou as razões da negatividade. Seria horrível se apenas sentíssemos a opressão, mas não pudéssemos imaginar um mundo diferente, sonhar com ele como projeto e nos entregar à luta por sua construção. Nos fizemos mulheres e homens experimentando-nos no jogo destas tramas. Não somos, estamos sendo. A liberdade não se recebe de presente, é bem que se enriquece na luta por ele, na busca permanente, na medida mesma em que não há vida sem a presença, por mínima que seja, de liberdade. Mas apesar de a vida, em si, implicar a liberdade, isto não significa, de modo algum, que a tenhamos gratuitamente. Os inimigos da vida a ameaçam constantemente. Precisamos, por isso, lutar, ora para mantê-la, ora para reconquistá-la, ora para ampliá-la”. Paulo Freire

No Século XV, época das Grandes Navegações, Portugal usou o Brasil, que passou a ser uma importante colônia, contribuindo para a sua manutenção em posição destacada no cenário mercantilista europeu. A fase inicial da colonização brasileira é marcada pela implantação do sistema mercantil, com a existência de relações escravistas, em um país habitado por indígenas em estado primitivo de organização social e produtiva.

Nos anos de 1500 a 1530, estabeleceu-se no Brasil a fase de escambo, predominando as atividades extrativistas, principalmente do pau-brasil. As áreas com o pau-brasil eram arrendadas a particulares, com a reserva do monopólio real; esse sistema foi substituído pela liberdade comercial e o pagamento de um quinto dos produtos exportados. Com os índios realizava-se a troca do pau-brasil e madeiras finas para marcenaria, que eles forneciam, por objetos como machados, foices, facões, anzóis, pentes e espelhos, de pequeno valor monetário.

À fase do escambo estabeleceu-se o regime das sesmarias, durante o período de 1530 a 1822. Esse regime foi utilizado em Portugal em 1375, a partir de uma crise agrícola, e objetivava o cultivo obrigatório das terras incultas. As sesmarias funcionaram em Portugal, o mesmo não acontecendo no Brasil, em que houve desvirtuamentos, com o benefício de uma minoria, gerando a grande propriedade improdutiva. No Brasil, o compromisso de tornar produtivas as grandes áreas recebidas não era cumprido, e a dimensão continental da colônia tornava a fiscalização muito difícil.

Foi, então, instituído o sistema de capitâneas hereditárias, em 1534, com a divisão da colônia em quinze lotes, que foram distribuídos entre doze donatários, que tinham poderes para conceder terras como melhor lhes convinham, apenas recolhendo o dízimo à Ordem de Cristo, que era administrada pelo rei de Portugal. Houve prosperidade em apenas duas capitâneas hereditárias, as de São Vicente e de Pernambuco, com os comandos de, respectivamente, Martim Afonso de Souza e Duarte Coelho, favorecidas com o desenvolvimento da lavoura canavieira, a paz com os indígenas, e a excelente administração, incluindo o recebimento de investimentos de capital europeu. Com o fracasso do sistema de capitâneas hereditárias, o rei de Portugal, buscando impulsionar a colonização, criou o Governo-Geral, que funcionaria como um órgão de coordenação das capitâneas hereditárias; não se verificaram mudanças significativas no sistema de distribuição das terras.

Durante o regime das sesmarias, desenvolveu-se o sistema de posses, em função de necessidades econômicas e sociais. Este sistema não tinha amparo legal, e envolvia inicialmente populações pobres; entretanto, com o fim do regime das sesmarias, que ocorreu a partir do fim do período colonial, esse sistema passou a abranger grandes áreas de terra.

Prado Júnior (1987) observa que o acentuado grau de concentração fundiária no Brasil resulta da natureza da economia constituída com a colonização e ocupação progressiva do território, baseada na grande propriedade e no estabelecimento de atividades mercantis. A colônia deveria cumprir o papel de fornecer em larga escala produtos primários aos mercados europeus.

Em INCRA (1987), é assinalado que não existe um levantamento completo das doações de terras ocorridas no período das sesmarias. Para o Estado da Bahia, é mencionada, nesta publicação, como a mais importante doação, a concedida ao armador-mor D. Álvaro da Costa, denominada de capitania de Peroaçu, envolvendo todo o território entre as barras do Paraguaçu e o Jaguaribe. É citada, ainda, como importante, a doação da Ilha de Itaparica, ao Conde de Castanheira. Também é observado que a pecuária acentuou a tendência à formação de imensas propriedades e a sua concentração nas mãos de poucas pessoas; com o extenso

sertão baiano, nos séculos XVI e XVII, estando sob o domínio de apenas duas famílias, a Casa da Torre e os Guedes de Brito.

Muitas dificuldades foram enfrentadas pela agricultura de subsistência no processo de colonização e ocupação do território brasileiro, mas uma acabou se tornando em importante atividade para parcela significativa da população rural. A agricultura de subsistência desenvolveu-se nas grandes áreas das monoculturas e da pecuária extensiva, e também em unidades pequenas, em que o proprietário ou o ocupante trabalhava diretamente a terra, normalmente em áreas de qualidade inferior e distante dos centros urbanos.

O Estatuto da Terra e o Direito Agrário brasileiro fundamentam-se na doutrina da função social da propriedade, segundo a qual toda a riqueza produtiva tem uma finalidade social e econômica, e aquele que a detém deve fazê-la frutificar, em benefício próprio e da comunidade em que vive. A terra rural, portanto, não é um direito individualista, devendo gerar produtos agropecuários, agro-industriais e empregos, preservando o equilíbrio ecológico.

A função social da propriedade foi exposta, inicialmente, de forma simples, na Antigüidade grega por Aristóteles, e, já no século XIII, essas idéias iniciais foram cristianizadas por Santo Tomás de Aquino, com a afirmação de que "cada coisa alcança sua colocação ótima, quando é ordenada para seu próprio fim". Entretanto, esses fundamentos foram pouco usados no decorrer dos séculos anteriores ao atual, apesar de serem até lembrados em algumas ocasiões, como, por exemplo, na concessão das sesmarias no Brasil, em que fora estabelecido que se destinassem áreas de terras que um homem pudesse explorar com os recursos disponíveis, e determinado um tempo para que isto efetivamente ocorresse, caso contrário, a doação seria cancelada; observa-se aí a busca do cumprimento da função social da propriedade, o que, infelizmente não chegou a existir na acepção da expressão.

Foi introduzida na Constituição brasileira de 1934 a doutrina da função social da propriedade, um pouco tardiamente, pois outras cartas magnas da América Latina já a haviam adotado desde 1919. O Estatuto da Terra, Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, apresenta os fundamentos da área agrária no Brasil. Vários países da América Latina haviam se comprometido na Conferência de Punta del

Este, em 1960, a realizar a Reforma Agrária, entre eles o Brasil. Havia no país uma mobilização intensa de trabalhadores rurais reivindicando a realização da Reforma Agrária. O Governo do Marechal Castelo Branco criou um grupo de trabalho em 1964, que elaborou o Estatuto da Terra, que não se limitou à Reforma Agrária, abrangendo a área de desenvolvimento rural. Esperavam-se ações significativas para resolver o problema da desigualdade da distribuição das terras, mas as ações voltaram-se para as áreas cadastral, tributária e de colonização, e de modernização da agropecuária, esta ocorrendo nas grandes e médias propriedades.

Sobre a doutrina da função social da propriedade, o Estatuto da Terra estabelece, no seu artigo segundo, que:

A propriedade da terra desempenha integralmente a sua função social quando, simultaneamente:

- a) favorece o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores que nela labutam, assim como de suas famílias;
- b) mantém níveis satisfatórios de produtividade;
- c) assegura a conservação dos recursos naturais;
- d) observa as disposições legais que regulam as justas relações de trabalho entre os que a possuem e a cultivam.

Verifica-se que o cumprimento da função social presente no Estatuto da Terra, e nas demais legislações da área agrária, abrange aspectos da produção da atividade, da conservação e preservação do meio ambiente, e das relações de trabalho e de convivência entre as pessoas no imóvel rural.

A Constituição brasileira de 1988 dedica o Capítulo III, do Título VII, à Política Agrícola e Fundiária e à Reforma Agrária. Entretanto, as ações na área agrária tiveram dificuldades de implementação, só reduzidas com a aprovação da Lei n. 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, que regulamentou disposições sobre a Reforma Agrária contidas neste Capítulo; e as aprovações que se seguiram de outras legislações.

No início da década de oitenta havia uma mobilização de trabalhadores rurais no Brasil, reivindicando a realização da Reforma Agrária; a luta dos trabalhadores rurais, nesta época, contribuiu para a formulação do I Plano Nacional de Reforma Agrária, PNRA, aprovado pelo Governo Federal em outubro de 1985. Entretanto, as ações de Reforma Agrária com o IPNRA foram pequenas. Apenas a partir de 1995 é que se iniciou um programa de distribuição de terras que pode ser considerado, ao mesmo tempo, significativo, relativamente ao que foi feito historicamente, mas ainda pequeno, considerando a dimensão do problema agrário do país. Deve-se ressaltar que o conceito Reforma Agrária abrange um conjunto de medidas, incluindo o acesso dos trabalhadores rurais à terra, e outras que permitam o desenvolvimento local e regional.

Durante o processo de colonização e ocupação do território brasileiro não houve mecanismos para impedir a concentração de terras, nem o país realizou a Reforma Agrária para corrigir as distorções formadas nesta área. Com o argumento da superioridade tecnológica da grande produção capitalista e da sua capacidade de atender eficientemente a toda demanda de alimentos e matérias primas agrícolas, questiona-se, nas discussões atuais, que o Brasil teria perdido a oportunidade histórica de realizar a Reforma Agrária. Entretanto, o país apresenta o recurso terra em abundância, cujo acesso deve ser democratizado, resolvendo um processo histórico de concentração.

A grande atividade agropecuária, com o uso de tecnologia avançada, não é a única via a ser percorrida, inclusive porque os aspectos de viabilidade econômica, sustentabilidade ambiental e impacto social, devem ser considerados conjuntamente, não se enfatizando alguns aspectos e desconsiderando outros. A pequena produção deve ser apoiada, com o agricultor utilizando tecnologias apropriadas, e passando por um processo de crescimento técnico, econômico e social.

O Brasil apresenta uma distribuição desigual do recurso terra, fato evidenciado em pesquisas realizadas sobre o tema. Tal questão não é recente, e resulta do processo de colonização e ocupação do território. O programa de Reforma Agrária em execução no Brasil tem permitido para muitos trabalhadores

rurais o acesso à terra. Possibilitar aos assentamentos de Reforma Agrária criados a viabilidade econômica, social e ambiental, é fundamental, atingindo com isso os objetivos da Reforma Agrária e impedindo que ocorram processos de reconcentração no espaço agrário do País.

3 - A EDUCAÇÃO DO CAMPO E SEU PAPEL NA SUPERAÇÃO DO AGRONEGÓCIO

Origens da concepção de Educação do Campo

Para analisar as origens da concepção de Educação do Campo, há que se fazer um breve histórico da trajetória da educação brasileira, em que podemos observar que o fator da localização da população, no que se refere à oferta de oportunidades de escolarização, tem sido determinante na evolução do sistema de ensino brasileiro, podendo ser considerada muito alta a correlação positiva entre urbanização e oferta de ensino.

Em contrapartida, em que pesem todas as transformações ocorridas na ampliação das oportunidades de ensino, sobretudo após os novos marcos legais instituídos pelas Constituição e Lei de Diretrizes e Bases – Lei 9.394/96, não houve alteração significativa na histórica defasagem do atendimento aos povos do campo em todos os níveis e modalidades.

Esse tão evidente descompasso é causado pela compreensão de que o campo, do princípio da nossa história até a metade do século XX, se caracterizava pelo latifúndio, pela monocultura e pelo recurso a técnicas de produção muito rudimentares, não tendo nenhuma ênfase na educação nem mesmo na alfabetização. Isso se deve ao fato de que a educação no Brasil esteve sempre no bojo da disputa da sociedade capitalista entre as vertentes que buscavam a conservação das relações de classe e as que apontam a sua superação.

O campo brasileiro, especialmente o povoado pela agricultura familiar, foi sendo incorporado e modificado, oportunizando o surgimento de perspectivas políticas diversas. Entre elas, desde a luta pela 'fixação do homem no campo' ao fatalismo que previa o fim deste espaço; do campo como lugar do atraso insolúvel ao campo como a redenção da sociedade; da pregação maniqueísta da relação campo/cidade à possibilidade da interação política a partir das contradições do capitalismo. Esse campo brasileiro que não é homogêneo porque composto pelas realidades que a geografia e a própria formação histórico-cultural determinaram,

nem estático porque permanentemente exposto a sucessivos modelos de produção agrícola que produzem alterações profundas no seu quadro.

Contudo, nesta diversidade de abordagens das questões do campo, é evidente a ausência e/ou a inconsistência no tratamento da educação pública relacionada às possibilidades do desenvolvimento social, por parte das organizações populares e de classe. Quando abordada, normalmente confundem-na com a formação profissional ou com a ideologia liberal, que apresenta a educação como redentora, capaz de resolver os problemas das carências e da exclusão na sociedade capitalista.

Pela forma como se desenvolveu a agricultura no Brasil e a com ausência da provisão de recursos públicos, a expansão da demanda escolar só se desenvolveu nas áreas em que mais avançaram as relações de produção capitalistas, de caráter espoliador dos povos do campo e do meio ambiente.

A escola no campo brasileiro surge tardiamente e não institucionalizada pelo Estado. Até as primeiras décadas do século XX, era destinada a uma minoria privilegiada; embora o Brasil fosse um país de origem e predominância eminentemente agrária, a Educação do Campo não foi sequer mencionada nos textos constitucionais até 1891, evidenciando o descaso dos dirigentes e as matrizes culturais centradas no trabalho escravo, na concentração fundiária, no controle do poder político pela oligarquia e nos modelos de cultura letrada européia.

Esse panorama condicionou a evolução da educação escolar brasileira e nos deixou como herança um quadro de precariedade no funcionamento da escola do campo: em relação aos elementos humanos disponíveis para o trabalho pedagógico, à infra-estrutura e aos espaços físicos inadequados, às escolas mal distribuídas geograficamente, à falta de condições de trabalho, aos salários defasados, à ausência de uma formação inicial e continuada adequada ao exercício docente no campo e à organização curricular descontextualizada da vida dos povos do campo.

Portanto, não houve, historicamente, para o sistema de educação no meio rural:

- formulação de diretrizes políticas e pedagógicas específicas que regulamentassem como a escola deveria funcionar e se organizar,
- dotação financeira que possibilitasse a institucionalização e manutenção de uma escola em todos os níveis com qualidade.

Isso fez com que a iniciativa de particulares e da comunidade cuidasse da construção e/ou utilização de prédios impróprios ou improvisados para funcionamento das escolas e da remuneração do professorado rural, durante muitas décadas, não constituindo o campo em espaço prioritário para ação institucionalizada do Estado por meio de diferentes políticas públicas e sociais.

Embora os problemas da educação não estejam localizados apenas no campo, aí a situação é mais grave, pois, além de não considerar a realidade socioambiental onde a escola está inserida, esta foi tratada, sistematicamente, pelo poder público, com políticas compensatórias, programas e projetos emergenciais e, muitas vezes, ratificou o discurso da cidadania e, portanto, de uma vida digna reduzida aos limites geográficos e culturais da cidade, negando o campo como espaço de vida e de constituição de sujeitos cidadãos.

Essa concepção foi fortalecida a partir da primeira metade do século XX, com a gestação de um discurso urbanizador que enfatizava a fusão entre os dois espaços, urbano e rural, por acreditar que o desenvolvimento industrial, em curso no Brasil, faria desaparecer dentro de algumas décadas a sociedade rural, ou seja, “o campo é uma divisão sociocultural a ser superada, e não mantida.” (Quirino, 1960 in Abraão, 1989)

Um retrocesso na política educacional será trazido pelo golpe militar de 1964 que, com o fechamento dos canais de participação e representação, vai impor limites e controle aos segmentos populares, aos bens educacionais e sociais, fazendo com que lideranças, educadores comprometidos, sejam perseguidos e exilados, universidades sejam colocadas sob intervenção e movimentos sociais reprimidos.

A partir da metade dos anos 1970, a sociedade começa a reagir aos tempos de autoritarismo e repressão, os movimentos sociais assumem um caráter de luta pela democratização da sociedade, de conscientização popular e reivindicação de direitos, fazendo com que as diferentes iniciativas situadas no campo da educação popular – educação política, formação de lideranças, alfabetização de jovens e adultos, formação sindical e comunitária – comecem a ser pensadas dentro de uma análise crítica de sua relação com a educação escolar e da formação para o trabalho.

As mobilizações em torno do processo constituinte, pela democratização do país e afirmação de uma cultura de direitos, garantiram importantes conquistas populares e espaços de participação nas políticas públicas, fazendo com que a Constituição de 1988 se tornasse expressão dessa demanda ao incorporar o princípio da participação direta na administração pública e também da criação de conselhos gestores como forma de controle popular nas definições políticas do país.

A partir dos anos 90, os povos organizados do campo conseguem agendar na esfera pública a questão da Educação do Campo como uma questão de interesse nacional ou, pelo menos, se fazem ouvir como sujeitos de direito. Esse processo é acentuado com a discussão e aprovação da LDB, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº. 9.394 de dezembro de 1996), que propõe, em seu artigo 28, medidas de adequação da escola à vida do campo, questão que não estava anteriormente contemplada em sua especificidade.

O Ministério da Educação, a partir do atual governo, finalmente abre-se à construção de uma política nacional de Educação do Campo, que vem sendo construída em diálogo com as demais esferas da gestão do Estado e com os movimentos e organizações sociais do campo brasileiro. É criada a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade e, na sua estrutura é criada a Coordenação-Geral de Educação do Campo, que está a coordenar um “movimento nacional” de construção dessas políticas de educação para o campo.

Os movimentos políticos no campo brasileiro, como a Articulação Nacional por uma Educação do Campo, a experiência acumulada pela Pedagogia da Alternância, as pautas de reivindicação do movimento sindical dos trabalhadores

rurais e o envolvimento dos mais diversos setores, além dos próprios movimentos sociais, fizeram com que fossem contempladas no corpo da legislação referências específicas à Educação do Campo.

Nesse contexto é que se garantiram a aprovação pela Câmara de Educação Básica daquele colegiado, em 2002, das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (Resolução CNE/CEB n.º de 3 de abril de 2002), uma reivindicação histórica dos povos do campo, significando um primeiro passo no sentido de resgatar uma dívida com este setor.

Educação do Campo é um conceito novo e em construção na última década. Portanto, um conceito próprio do nosso tempo histórico e que somente pode ser compreendido/discutido no contexto de seu surgimento: a sociedade brasileira atual e a dinâmica, específica que envolve os sujeitos sociais do campo.

Sobre esse conceito CALDART, faz as seguintes observações:

A Educação do Campo nasceu como mobilização/pressão de movimentos sociais por uma política educacional para comunidades camponesas: nasceu da combinação das lutas dos Sem Terra pela implantação de escolas públicas nas áreas de Reforma Agrária com as lutas de resistência de inúmeras organizações e comunidades camponesas para não perder suas escolas, suas experiências de educação, suas comunidades, seu território, sua identidade.

A Educação do Campo nasceu tomando/precisando tomar posição no confronto de projetos de campo: contra a lógica do campo como lugar de negócio, que expulsa as famílias, que não precisa de educação nem de escolas porque precisam cada vez menos de gente, a afirmação da lógica da produção para a sustentação da vida em suas diferentes dimensões, necessidades, formas. E ao nascer lutando por direitos coletivos que dizem respeito à esfera do público, nasceu afirmando que não se trata de qualquer política pública: o debate é de forma, conteúdo e sujeitos envolvidos. A Educação do Campo nasceu também como crítica a uma educação pensada em si mesma ou em abstrato; seus sujeitos lutaram desde o começo para que o debate pedagógico se colasse à sua realidade, de relações sociais concretas, de vida acontecendo em sua necessária complexidade. (CALDART, 2007)

Podemos dizer que o conceito de Educação do Campo é novo, mas já está em disputa, exatamente porque o movimento da realidade que ele busca expressar é marcado por contradições sociais muito fortes. Pode ser considerado uma disputa de “território imaterial”, que pode, em alguns momentos, se tornar força material na luta política por territórios muito concretos.

Projeto Político de agricultura familiar e Campesinato expresso nas diretrizes de Educação do Campo

As análises apontam para o fato de que as políticas públicas implementadas nas últimas décadas não conseguiram melhorias substanciais na qualidade de vida da população. A maior evidência dessa afirmação é o aumento da pobreza, da concentração fundiária e a persistência das desigualdades regionais, setoriais, sociais e econômicas.

Nesse processo, a educação é um vetor estratégico para o desenvolvimento territorial sustentável, é uma força mobilizadora capaz de articular as inovações que se pretendem para a transformação da realidade produtiva, ambiental, política e social.

A Educação do Campo, por si só, não transforma essa realidade, mas deve ser uma fonte potencializadora de formação de sujeitos, capazes de interferir na realidade em que vivem, transformando-a em benefício da coletividade. Assim, a identidade da Educação do Campo está intimamente relacionada a um projeto de desenvolvimento do campo que aponta para a sustentabilidade, a harmonia com a natureza, para a vida e não para os ditames do mercado.

A própria diretriz operacional já explicita a identidade da escola do campo, não circunscrita apenas a um espaço geográfico, mas vinculada aos povos do campo, seja os que vivem no meio rural, seja os que vivem nas sedes dos 4.485 municípios rurais do nosso país.

Assim, a identidade da escola do campo é definida a partir dos sujeitos sociais a quem se destina: agricultores/as familiares, assalariados/as, assentados/as, ribeirinhos, caiçaras, extrativistas, pescadores, indígenas,

remanescentes de quilombos, enfim, todos os povos do campo brasileiro. Essa concepção está expressa no parecer das Diretrizes e tem sua identidade definida no art. 2º, § único das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, ao afirmar que:

"a identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes a sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país".

Portanto, a identidade da Educação do Campo definida pelos seus sujeitos sociais deve estar vinculada a uma cultura que se produz por meio de relações mediadas pelo trabalho, entendendo trabalho como produção material e cultural de existência humana. Para isso, a escola precisa investir em uma interpretação da realidade que possibilite a construção de conhecimentos potencializadores, de modelos de agricultura, de novas matrizes tecnológicas, da produção econômica e de relações de trabalho e da vida a partir de estratégias solidárias, que garantam a melhoria da qualidade de vida dos que vivem e sobrevivem no e do campo.

Essas relações econômicas e sociais são vividas e construídas por sujeitos concretos, de diferentes gêneros, etnias, religiões, vinculados (ou não) a diferentes organizações sociais e diferentes formas de produzir e viver individual e coletivamente. Homens e mulheres que, submetidos a um modelo agrícola hegemônico que se revela a cada dia mais socialmente excludente, ambientalmente insustentável e economicamente seletivo, impõem a necessidade de uma educação que dê conta da compreensão crítica dos mecanismos que o produzem e sustentam, assim como das possibilidades dos sujeitos de produzirem mudanças nessa dinâmica.

Sendo assim, há uma estreita ligação do projeto político da agricultura familiar com as diretrizes da Educação do Campo na busca de novas alternativas de vida no campo, que construam novas relações de trabalho entre os sujeitos e com a natureza, relações, estas, de harmonia e não de dominação.

Observamos que apareceu um crescente interesse pela agricultura familiar a partir dos anos 90. Este interesse resultou em políticas públicas, como o PRONAF

(Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) e na criação do MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário), além do revigoramento da Reforma Agrária. Essas políticas favoráveis à agricultura familiar e à Reforma Agrária estão acontecendo graças às reivindicações das organizações de trabalhadores do campo e à pressão dos movimentos sociais organizados, mas estão fundamentadas também em formulações conceituais desenvolvidas pela comunidade acadêmica nacional e apoiadas em modelos de interpretação de agências multilaterais, como a FAO, o IICA e o Banco Mundial.

Apesar disso, não podemos afirmar que este segmento tenha sido reconhecido como prioridade pelos governos, pois constatamos que a agricultura patronal tem conseguido, nos últimos anos, mais de 70% do crédito disponibilizado para financiar a agricultura nacional.

Hoje existem dois projetos para o campo no Brasil. O primeiro é um enfoque setorial, cuja preocupação central está na expansão da produção e da produtividade agropecuária, na incorporação de tecnologia e na competitividade do chamado *agribusiness*. Esse enfoque se articula em torno dos interesses empresariais dos diversos segmentos que compõem o agronegócio e está claramente representado no Ministério da Agricultura. Em contraposição, o segundo enfoque enfatiza os aspectos sociais e ambientais do processo de desenvolvimento, de acordo com o que vem se denominando a sustentabilidade do desenvolvimento rural, que procura equilibrar a dimensão econômica, social e ambiental do desenvolvimento.

A agricultura familiar pode ser considerada como um dos pilares-chaves do segundo enfoque. Uma pesquisa realizada pela FAO (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação) e pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), cujo objetivo principal era estabelecer as diretrizes para um “modelo de desenvolvimento sustentável¹”, escolheu-se como forma de classificar os estabelecimentos agropecuários brasileiros a separação entre dois modelos: “patronal” e “familiar”. Os primeiros teriam como característica a completa separação entre gestão e trabalho, a organização descentralizada e ênfase na especialização.

¹ “Desenvolvimento sustentável, é o que satisfaz as necessidades presentes sem comprometer as possibilidades das futuras gerações satisfazer suas próprias necessidades”

O modelo familiar teria como característica a relação íntima entre trabalho e gestão, a direção do processo produtivo conduzido pelos proprietários, a ênfase na diversificação produtiva e na durabilidade dos recursos e na qualidade de vida, a utilização do trabalho assalariado em caráter complementar e a tomada de decisões imediatas, ligadas ao alto grau de imprevisibilidade do processo produtivo (FAO/INCRA, 1994). A agricultura familiar é multifuncional, além de produzir alimentos e matérias-primas, gera mais de 80% da ocupação no setor rural e favorece o emprego de práticas produtivas ecologicamente mais equilibradas, como a diversificação de cultivos, o menor uso de insumos industriais e a preservação do patrimônio genético. Além disso, a agricultura familiar está associada à dimensão espacial do desenvolvimento, por permitir uma distribuição populacional mais equilibrada no território, em relação à agricultura patronal, normalmente associada à monocultura. Estas idéias devem ser contextualizadas no debate sobre os caminhos para a construção do desenvolvimento sustentável.

Contradições entre Educação do Campo e Educação Rural

*... Viva a inquietude, essa força que, desaqueitando, coloca em movimento aqueles, que tantos gostariam, ficassem quietos em sua própria má sorte!"
Clotilde Alberici*

As práticas do trabalho da educação no campo a partir das primeiras décadas do século XX, têm se configurado como educação rural. Educação, esta, baseada no pensamento latifundista empresarial, que visa à preparação para o trabalho no desenvolvimento da agricultura. Nessa concepção, a visão reprodutivista concebe o campo como espaço de produção econômica a partir dos interesses do capital, excluindo os que não se incluem na lógica da produtividade. A educação é definida pelas necessidades do mercado de trabalho e, conseqüentemente, pensada a partir do mundo urbano. Dessa maneira, retrata o campo pelo olhar do capital e seus sujeitos de forma estereotipada, inferiorizada. Raramente se pensa no homem do campo como preservador e criador de cultura, como agente dinâmico do processo social e cultural. É quase sempre concebido como um passivo à espera do messias cultural que vai educá-lo, "civilizá-lo".

No campo, uma criança sabe geralmente mais do que o seu professor urbano a respeito do mundo em que vive: as matas, os animais, as plantas, as falas, o

imaginário. É claro que o professor tem o que ensinar e é justamente isso que esperam tanto os alunos como suas famílias: ensinar aquilo que ainda não é sabido. Um professor que só fala e é culturalmente surdo, é de fato um deficiente, como é deficiente a escola em que ele ensina. É consenso que a análise e o encaminhamento adequado das demandas educacionais das comunidades do campo passam necessariamente pela reflexão e entendimento do seu modo de vida, dos seus interesses, das suas necessidades de desenvolvimento e dos seus valores específicos. É fundamental que seja levada em conta a riqueza de conhecimentos que essas populações trazem de suas experiências cotidianas.

A literatura recente sobre o tema mostra a emergência do conceito de Educação do Campo que se contrapõe à visão tradicional de Educação Rural. A expressão “do campo” é utilizada para designar um espaço geográfico e social que possui vida em si e necessidades próprias, como “parte do mundo e não aquilo que sobra além das cidades”. O campo é concebido enquanto espaço social com vida, identidade cultural própria e práticas compartilhadas, socializadas por aqueles que ali vivem. Nessa ótica, a transformação da Educação do Campo requer mais do que a melhoria física das escolas ou a qualificação dos professores; ela implica, necessariamente, em um currículo escolar baseado na vida e valores de sua população, a fim de que o aprendizado também possa ser um instrumento para a construção de um projeto de desenvolvimento do campo.

O que acontece no campo e, talvez, de modo agravado em consequência de uma ideologia educacional que desvaloriza o mundo rural e o trabalho rural, é o educador considerar a cultura, os costumes, o saber da população que ele quer educar como cultura primitiva de povos ignorantes, formas incivilizadas de conhecer a vida e interpretar o mundo. Não raro, o educador é o grande responsável por abrir um amplo abismo cultural entre as gerações do mundo rural.

A partir das lutas e articulações dos movimentos sociais, uma reflexão mais aprofundada desse contexto em questão cunhou esse termo “Educação do Campo”, tendo como referência o I Encontro de Educadores da Reforma Agrária, em 1997 e a I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, em 1998.

Essa concepção considera o campo como espaço de vida e resistência dos camponeses que lutam para terem acesso e permanecerem na terra, como espaço de produção material e simbólica das condições de existência e de construção de identidades.

A Educação do Campo é pensada a partir da especificidade e do contexto do campo e de seus sujeitos. É formação humana e direito de todos e de todas, construída pelos e com os sujeitos do campo.

"A educação do campo, tratada como educação rural na legislação brasileira, tem um significado que incorpora os espaços da floresta, da pecuária, das minas e da agricultura, mas os ultrapassa ao acolher em si os espaços pesqueiros, caiçaras, ribeirinhos e extrativistas. O campo neste sentido é mais que um perímetro não-urbano, é um campo de possibilidades que dinamizam a ligação dos seres com a própria produção das condições de existência social e com as realizações da sociedade humana." (Parecer CNE/CEB 36/2001).

A Educação do Campo deve ser construída a partir da diversidade dos sujeitos do campo: comunidades negras rurais, quilombolas, bóias frias, assalariados rurais, posseiros, meeiros, arrendatários, acampados, assentados, reassentados atingidos por barragens, agricultores familiares, vileiros rurais, povos das florestas, indígenas, pescadores, ribeirinhos, entre outros.

O povo do campo tem direito a uma escola do campo, política e pedagogicamente vinculada à história, à cultura e as causas sociais e humanas dos sujeitos do campo. A escola do campo deve estar socialmente referenciada na vida e luta do povo do campo. O funcionamento e a organização dessa escola do deve ser adequado aos tempos e ao modo de vida dos sujeitos do campo.

A Educação do Campo é um processo de formação humana produzido em diferentes espaços, onde há o reconhecimento e incorporação das práticas pedagógicas construídas dentro destes princípios, pelos movimentos sociais e outras organizações dos povos do campo. Desse modo, ela está comprometida com um modelo de desenvolvimento social, economicamente justo e ecologicamente sustentável.

Contradições da educação do campo com o agronegócio

O conceito de agronegócio (*agribusiness*) surgiu em meados do século XX, nos Estados Unidos. A idéia era construir uma política para incrementar a participação do produtor familiar no mercado. A ênfase ao mercado tornou-se a prioridade, destituindo assim a importância das outras dimensões do desenvolvimento.

Essa idéia veio ao encontro dos interesses da agricultura capitalista e foi completamente incorporada pelas grandes empresas agroindustriais, que iniciaram políticas para a exploração dos camponeses e de seus territórios em todos os países da América Latina. Tal processo foi chamado de "integração" e inaugurou uma nova forma de subalternidade do campesinato ao capital, intensificando a questão agrária. Essa intensificação aumentou com a dinâmica do produtivismo do agronegócio, que se territorializou, ocupando latifúndios e as terras do campesinato.

O agronegócio, de fato, é apenas o novo nome do modelo de desenvolvimento econômico da agropecuária capitalista implantado desde a década de 1950. Observando, atentamente, compreende-se que esse modelo não é novo, sua origem está no sistema *plantation* ou agroexportador, em que grandes propriedades foram utilizadas na produção para exportação. Desde o começo do desenvolvimento do capitalismo em suas diferentes fases, esse modelo passa por modificações e adaptações, intensificando a exploração da natureza e do campesinato.

Diante disso, é tarefa da Educação do Campo ajudar a fortalecer um projeto popular de agricultura que valoriza e transforma a agricultura familiar/camponesa e que se integra na construção social de um outro projeto de desenvolvimento sustentável de campo e de país. Uma educação para superar a oposição campo/cidade, a visão predominante de que o moderno e mais avançado é sempre o urbano, que o progresso de um país se mede pela diminuição da sua população rural. Considerar o campo como um lugar de vida, cultura, produção, moradia, educação, lazer, cuidado com o conjunto da natureza, e novas relações solidárias que respeitem a especificidade social, cultural e ambiental dos seus sujeitos. Dessa

dinâmica social e cultural se alimenta a Educação do Campo que devemos ajudar a construir.

Sendo assim, há uma enorme distância entre o projeto do agronegócio com a concepção de Educação do Campo, pois a concepção mercadológica do agronegócio é exatamente o oposto do objetivo da Educação do Campo, que é a produção da vida, e da vida em abundância, o que significa respeito e harmonia com a natureza, bem como a formação de relações solidárias entre sujeitos sociais dinâmicos que se respeitam em sua diversidade.

A mais recente fase do capitalismo na agropecuária está representada pelo agronegócio marcada pelo controle estratégico do conhecimento, da produção e do mercado, com o uso de tecnologias de ponta. Agronegócio, na América Latina, é uma palavra nova, da década de 1990, e é também uma construção ideológica para tentar mudar a imagem latifundista da agricultura capitalista. Carregando em si a imagem da exploração, do trabalho escravo, da extrema concentração da terra, do coronelismo, do clientelismo, da subserviência, do atraso político e econômico, o latifúndio é, portanto, um espaço que pode ser ocupado para o desenvolvimento do país. A terra que não produz e que pode ser utilizada para reforma agrária está associada ao latifúndio. Embora tenham tentado criar a figura do latifúndio produtivo, essa ação não teve êxito, pois são mais de quinhentos anos de exploração e dominação e não há adjetivo que consiga modificar o conteúdo do substantivo. Para renovar a imagem da agricultura capitalista, para “modernizá-la”, foi construída a imagem do agronegócio. É uma tentativa de ocultar o caráter concentrador, predador, expropriatório e excludente, para dar relevância somente ao caráter produtivista, destacando o aumento da produção, da riqueza e das novas tecnologias.

O processo de exploração e dominação está presente desde a escravidão até a colheitadeira, controlada por satélite. A destruição do campesinato aumenta na medida em que se intensifica a concentração da propriedade da terra. A partir da estrutura do modo de produção capitalista é que foi construído o desenvolvimento do conhecimento que provocou as mudanças tecnológicas. De modo que houve o aperfeiçoamento do processo, mas não a solução dos problemas socioeconômicos e

políticos: o latifúndio efetua a exclusão pela improdutividade, o agronegócio promove a exclusão pela intensa produtividade.

Assim, nessa nova fase de desenvolvimento, o agronegócio procura representar a imagem da produtividade e da geração de riquezas, tonando-se o espaço produtivo por excelência, cuja supremacia não pode ser ameaçada pelos camponeses. A agricultura empresarial, patronal, ou agricultura capitalista ou agronegócio, qualquer que seja o eufemismo utilizado, não pode esconder o que está na sua lógica ou na sua raiz: a concentração e a exploração. E, se o território do latifúndio pode ser desapropriado para a implantação de projetos de reforma agrária, o território do agronegócio apresenta-se como sagrado, que não pode ser violado.

Dessa forma, o agronegócio expandiu sua territorialidade, ampliando o controle sobre o território e as relações sociais, aumentando as injustiças sociais. Ele é um novo tipo de latifúndio e ainda mais amplo, agora não concentra e domina apenas a terra, mas também a tecnologia de produção e as políticas de desenvolvimento. Cada vez mais, a utilização de novas tecnologias tem possibilitado uma produção maior em áreas menores. Esse processo significou concentração de poder e, conseqüentemente, de riqueza e de território. Essa expansão tem como ponto central o controle do conhecimento técnico, por meio de uma agricultura científica globalizada. O aumento da produtividade dilatou a sua contradição central: a desigualdade. O agronegócio redimensionou a questão agrária ao aumentar a exclusão do campesinato do processo de produção de alimentos e ao intensificar a expropriação.

Portanto, a Educação do Campo, que objetiva formar educandos capacitados para lutar pela construção de um modelo de desenvolvimento que respeite o tempo natural, os direitos humanos e suas diversidades, carrega em sua essência a tarefa de se contrapor ao agronegócio e apontar alternativas para o desenvolvimento sustentável e solidário.

4 - POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO DO CAMPO

As políticas públicas e sua relação com o campo no Brasil

As políticas públicas em prol da agricultura familiar surgiram, no Brasil, a partir de meados da década de 90, em decorrência do contexto macroeconômico da reforma do Estado. Foram dois os fatores principais que motivaram o surgimento dessas políticas públicas: a crescente necessidade de intervenção estatal frente ao quadro crescente de exclusão social e o fortalecimento dos movimentos sociais rurais.

O crescimento da miséria, da violência e da insegurança nas grandes cidades fez com que também crescesse o apoio da sociedade urbana às políticas de valorização do meio rural. O Programa Nacional da Agricultura Familiar (Pronaf) surgiu em 1996, graças à luta dos trabalhadores rurais por uma política pública específica e diferenciada para a agricultura familiar.

A heterogeneidade e a desigualdade na distribuição de estabelecimentos e produção são marcantes na agricultura familiar. A Secretaria de Agricultura Familiar, órgão do Ministério do Desenvolvimento Agrário, separa os agricultores em três grupos: 1) os que estão inseridos no campo de atividades econômicas integradas ao mercado, classificados como capitalizados; 2) os descapitalizados ou em transição, mas com algum nível de produção destinada ao mercado; 3) os residentes no espaço rural, assalariados agrícolas e não-agrícolas com produção agropecuária voltada quase que exclusivamente ao auto-consumo.

O primeiro grupo, representado por cerca de 800.000 estabelecimentos, é responsável por algo em torno de 71% do valor da produção familiar. O segundo grupo, formado por outros 1.400.000 estabelecimentos, responde por cerca de 19% do valor da produção familiar. Os outros 1.900.000 estabelecimentos produzem apenas 10% de todo o valor da produção familiar. Ou seja, a parcela majoritária dos agricultores não está inserida no mercado e sua produção é, no máximo, suficiente para a sobrevivência.

Mas, o que tivemos de fato, nas últimas quatro décadas, em relação às políticas públicas, foi principalmente a política agrícola, já que a política agrária foi sempre marginal ou inexistente. Vamos falar, portanto, de política agrícola, destacando apenas três pontos: a) a política agrícola brasileira, em substância, sempre foi decidida em consonância com os interesses dos empresários do *agribusiness*; b) nas últimas duas décadas (anos 80 e 90), as políticas setoriais, inclusive a política agrícola, perderam importância e cederam espaço para as políticas macroeconômicas, sobretudo, a partir dos pacotes econômicos e da liberalização; c) por fim, nos anos 90, passou-se a atribuir novos papéis para a agricultura e o meio rural, com destaque para a geração de emprego e a preservação ambiental.

Os agricultores familiares nunca tiveram organização e força a ponto de influenciar as instituições governamentais que tomam as principais decisões de política agrícola. Além disso, nos últimos anos, com os ditames neoliberais, a política agrícola tornou-se subsidiária e está completamente submetida às determinações macroeconômicas, prevalecendo sempre as políticas fiscais, monetárias (de juros) e cambiais. A título de exemplo, lembramos que a política comercial da fase pós-real foi sustentada, em grande medida, pela agricultura, naquilo que muitos chamaram de "âncora verde".

Penalizados pela sobrevalorização cambial até o início de 1999, os agricultores familiares brasileiros não tiveram nenhum tipo de compensação, em contraste com o que ocorreu, por exemplo, no México depois da entrada desse país no Nafta. Algumas novas funções da agricultura e do espaço rural (geração de emprego e preservação ambiental) advêm, principalmente, das cada vez mais minguadas possibilidades de geração de emprego na indústria e no meio urbano em geral, bem como das recentes demandas internas e externas que exigem a preservação da natureza e ambientes mais propícias para uma vida saudável.

No que tange às políticas públicas destinadas à agricultura familiar, destacam-se, hoje, no país, a Previdência Social e o Pronaf. A Previdência é, de longe, a mais importante política social para os agricultores familiares brasileiros. As aposentadorias e pensões mensais recebidas por grande número de beneficiários

de famílias pobres fazem da previdência rural a política pública de maior alcance social no país. São 6,4 milhões de benefícios em todo o Brasil, 486 mil só no Paraná. Levando-se em conta que algumas pessoas acumulam mais de um benefício, o número de beneficiários da previdência social rural deve situar-se um pouco acima de cinco milhões no Brasil e próximo de 400 mil no Paraná, o que dá, em média, mil beneficiários por município. Isto é muito significativo, apesar do baixo valor do salário mínimo. É certo, também, que nem todos os beneficiários da previdência social rural moram em zonas rurais. Mas as pesquisas mostram que a grande maioria deles vive mesmo no meio rural ou nas pequenas cidades do interior.

Outros dados relevantes mostram a grande importância dos benefícios da previdência social rural, principalmente nas regiões mais pobres. Para mais de dois terços das municipalidades paranaenses, o Fundo de Participação dos Municípios representa um valor inferior ao dos benefícios previdenciários rurais recebidos pelos seus habitantes. O pagamento de benefícios previdenciários é fundamental para a economia desses municípios, além de ser um poderoso instrumento para evitar o agravamento da exclusão social. (Campanhola e Graziano da Silva, 2000) Os impactos socioeconômicos da previdência rural são, de fato, muito expressivos. É o que mostram, por exemplo, as pesquisas coordenadas por Guilherme Delgado, do IPEA. Assim, a renda domiciliar das famílias contempladas com o seguro previdenciário rural está, em média, 16% acima da renda domiciliar de famílias sem acesso aos benefícios pagos pelo INSS. (Delgado e Cardoso Jr., 2000) Podemos dizer, inclusive, que os efeitos redistributivos promovidos pela previdência social rural a transformam, na prática, em uma razoável política de renda mínima para a ampla parcela da população que dela se beneficia.

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) é a primeira política pública diferenciada em favor dos agricultores familiares brasileiros. É uma conquista dos movimentos sociais e sindicais de trabalhadores rurais nas últimas décadas. Suas lutas podem ser simbolizadas pelos Gritos da Terra Brasil, liderados pela Contag e, no caso da Região Sul, pelas ações e pressões da Frente Sul da Agricultura Familiar.

No âmbito do governo federal, o Pronaf é um campo de disputa entre duas forças ou posições. O Ministério do Desenvolvimento Agrário, respaldado por setores do BNDES e do IPEA, pretende dar ao Pronaf a importância e amplitude de uma efetiva política de desenvolvimento rural. Mas os ministérios da Fazenda e da Agricultura vêem o Pronaf apenas como uma política social compensatória, isto é, como mero paliativo para minorar os efeitos da "inevitável" marginalização e exclusão dos pequenos agricultores sem condições reais de integração e competição nos mercados globalizados. Até agora, o Pronaf tem permitido a massificação ou socialização do acesso ao crédito de custeio para considerável número de agricultores familiares.

Entre 1995 e 2000, houve uma significativa expansão no montante de recursos aplicados e, mais ainda, no número de contratos, notadamente a partir de 1998, com a instituição do "pronafinho". Para o Sul do Brasil, a evolução do crédito rural no âmbito do Pronaf obteve inquestionável aumento quantitativo no acesso ao crédito, no entanto, não representou ainda nenhum grande avanço em termos qualitativos. Porque, a rigor, o Pronaf é um crédito rural tradicional. Financia o custeio de tecnologias convencionais para produtos tradicionais. Basta analisar o que tem sido financiado pelo Pronaf desde a sua criação.

Em resumo: o Pronaf tem socializado o financiamento de custeio de produtos, sistemas e pacotes tecnológicos tradicionais. Falta crédito para investimentos e, principalmente, para financiar mudanças nos sistemas de produção, para reconversão produtiva e para atividades não-agrícolas no meio rural. Os bancos comerciais dificilmente financiam sistemas de produção diversificados e sustentáveis⁵, ou produtos orgânicos e diferenciados. Embora as normas do Pronaf permitam e existam algumas "orientações" que "estimulam" esse tipo de financiamento, há uma enorme distância entre o que as autoridades de Brasília dizem e o que, de fato, acontece na agricultura brasileira.

Pouco se poderá avançar enquanto os agricultores familiares dependerem do sistema tradicional de crédito, isto é, da estrutura bancária. Mas, felizmente já existem outras iniciativas, em especial as experiências de microcrédito e de crédito solidário (Cresol), cujo potencial é bastante grande. O Sistema Cresol evidencia

uma boa alternativa para reduzir o custo operacional e aumentar a eficiência do crédito rural para os agricultores familiares.

De acordo com Ricardo Abramovay, não existe modelo agrícola industrial. Para ele, a oposição é de natureza social entre a agricultura que se apóia fundamentalmente na gestão e trabalho de família e aquela que separa gestão e trabalho. "O Brasil é um país com tradição escravista e latifundiário, com raiz histórica no modelo empresa, no qual o trabalhador é 'pau para toda obra'", afirma.

Abramovay explica que o modelo adotado pelo Brasil, o patronal, não foi o que prevaleceu em países desenvolvidos, como os Estados Unidos. A ocupação histórica do território americano foi na unidade entre gestão e trabalho e a agricultura foi inteiramente baseada na estrutura familiar. Ressalta ainda, que os países que mais prosperaram na agricultura são justamente aqueles cuja atividade teve como base a familiar e não a patronal, enquanto que os países que dissociaram gestão e trabalho tiveram como resultado social uma imensa desigualdade.

As cooperativas de produção, cujo crescimento no Brasil, principalmente na região Sul, tem sido grande, na opinião de Abramovay representam uma forma de auxiliar no desenvolvimento da agricultura familiar, ao permitirem que os agricultores familiares tenham um melhor "poder de barganha", tanto na compra de insumos como na venda da produção. No entanto, é fundamental que se estabeleçam regras democráticas de seu funcionamento, estimulando a participação dos associados. Caso contrário, tornam-se grandes empresas disfarçadas de cooperativas.

A outra forma de cooperativa entre agricultores, a de crédito, tem como principal desafio atingir o público que, em função da pobreza, não tem acesso aos agentes financeiros. A maioria das cooperativas brasileiras não trabalha com esse público. Uma das poucas experiências de atendimento ao público excluído é a do sistema Cresol de Crédito Solidário, que possui 46 cooperativas nos três estados da região Sul com 20 mil associados em mais de 100 municípios.

Além do desafio de mudar a estrutura operacional do sistema de crédito, há outra barreira a ser rompida para que grande número de agricultores familiares possam aprender os princípios da Agroecologia ou, pelo menos, diversificar sua

No caso da estrutura estatal de assistência técnica e extensão rural, devemos considerar pelo menos dois fatores adicionais: o envelhecimento da estrutura e o dilema entre um passado de (quase) monopólio e auto-suficiência e um futuro ainda não muito definido, de serviços públicos não exclusivos e não necessariamente estatais.

Em função disso, há uma resistência e uma dificuldade concreta para fazer parcerias com outras instituições (principalmente com as não-governamentais), em todas as esferas, mas sobretudo no local (município e microrregião), sem ter um modelo, "receita" ou garantias verticais (de cima para baixo). Além disso, as principais tendências da agricultura e do meio rural apontam para a necessidade de profissionais das ciências agrárias com novo perfil, atuação e habilidades mais amplas. Já não é mais suficiente trabalhar apenas na difusão de tecnologias de produção das commodities tradicionais.

Observamos uma crescente complexificação e diversificação das atividades agrícolas e os mercados tornam-se mais incertos e dinâmicos. Parece indispensável que os profissionais das ciências agrárias estudem os sistemas de produção, enxerguem as cadeias produtivas, pesquisem as oportunidades de mercado (principalmente para produtos diferenciados e nichos), observem as dinâmicas familiares, respeitem as experiências dos agricultores, apoiem a organização comunitária e valorizem a educação para a cidadania. Aumenta, assim, a importância da aprendizagem dinâmica (que resulta da práxis social em contextos e ambientes permanentemente evolutivos) e da construção dialética de conhecimentos.

Sobre as políticas públicas destinadas a promover sistemas de produção mais sustentáveis entre os agricultores de tipo familiar, pode-se destacar a tentativa de modificar qualitativamente o sistema de crédito rural, sobretudo o Pronaf, o que requer a conjugação de esforços entre as instituições de pesquisa, assistência técnica e extensão rural, as escolas técnicas e universidades, e as próprias organizações de agricultores.

As políticas públicas e programas específicos (nacionais e estaduais), a formação e reciclagem profissional para os agentes de desenvolvimento, bem como

os métodos participativos de planejamento e de gestão dos recursos públicos, principalmente no âmbito local, são, com certeza, alguns dos melhores instrumentos para enfrentar o difícil desafio de promover práticas agrícolas e estilos de agricultura de base ecológica e, com elas, o desenvolvimento regional sustentável

5 A AGROECOLOGIA COMO ALTERNATIVA PARA O CAMPESINATO NA CONSTRUÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DO CAMPO

O conceito de agroecologia, sua relação com o conceito de campo e sua contradição com o conceito de agronegócio

O termo agroecologia pode significar muitas coisas. Definida de forma mais ampla, a agroecologia geralmente representa uma abordagem das práticas e vivências do campo, que incorporam cuidados especiais relativos ao ambiente, assim como os problemas sociais, enfocando não somente a produção, mas também a sustentabilidade ecológica do sistema de produção.

Esta interpretação poderia ser considerada como "normativa" ou "prescritiva", porque envolve diversos fatores ligados à sociedade e à população, os quais estão além dos limites da agricultura.

Num sentido mais estrito, a agroecologia refere-se ao estudo de fenômenos puramente ecológicos que ocorrem na produção agrícola, tais como relações predador/presa ou competição cultura/vegetação espontânea. (Hecht,2002)

A Agroecologia tem sido reafirmada como uma ciência ou disciplina científica, ou seja, um campo de conhecimento de caráter multidisciplinar que apresenta uma série de princípios, conceitos e metodologias que nos permitem estudar, analisar, dirigir, desenhar e avaliar agroecossistemas³.

Assim entendida, a agroecologia corresponde ao campo de conhecimentos que proporciona as bases científicas para apoiar o processo de transição do modelo de agricultura convencional para estilos de agriculturas de base ecológica ou sustentáveis, assim como do modelo convencional de desenvolvimento a processo de desenvolvimento rural sustentável. Se consideramos o campo como o espaço de vida, de resistência e de construção de identidades dos camponeses que lutam para

³Agroecossistema é a unidade fundamental de estudo, nos quais os ciclos minerais, as transformações energéticas, os processos biológicos e as relações sócioeconômicas são vistas e analisadas em seu conjunto. Sob o ponto de vista da pesquisa agroecológica, seus objetivos não são a maximização da produção de uma atividade particular, mas a otimização do agroecossistema como um todo, o que significa a necessidade de uma maior ênfase no conhecimento, na análise e na interpretação das complexas relações existentes entre as pessoas, os cultivos, o solo, a água e os animais. (ALTIERI, 2002)

terem acesso e permanecerem na terra, onde os sujeitos sociais se mobilizam na sua diversidade e produzem cultura, então a agroecologia é uma alternativa viável para as práticas camponesas, que escapa do agronegócio excludente, produtor de miséria e injustiças.

O campo como espaço de produção material e simbólica das condições de existência é ambiente favorável para as práticas solidárias, onde a agroecologia é uma ferramenta de luta ideológica e material para a transformação da sociedade excludente do capitalismo.

Partindo, especialmente, de escritos de Miguel Altieri, observa-se que a agroecologia constitui um enfoque teórico e metodológico que, lançando mão de diversas disciplinas científicas, pretende estudar a atividade agrária sob uma perspectiva ecológica. Sendo assim, a agroecologia, a partir de um enfoque sistêmico, adota o agroecossistema como uma unidade de análise, tendo como propósito, em última instância, proporcionar as bases científicas (princípios, conceitos e metodologias) para apoiar o processo de transição do atual modelo de agricultura convencional para estilos de agricultura sustentáveis.

Então, mais do que uma disciplina específica, a agroecologia se constitui num campo de conhecimento que reúne várias "reflexões teóricas e avanços científicos, oriundos de distintas disciplinas" que têm contribuído para conformar o seu atual *corpus* teórico e metodológico. (Guzmán Casado et al., 2000: 81)

Por outro lado, como nos ensina Gliessman (2000), o enfoque agroecológico pode ser definido como "a aplicação dos princípios e conceitos da Ecologia no manejo e desenho de agroecossistemas sustentáveis", num horizonte temporal, partindo do conhecimento local que, integrando ao conhecimento científico, dará lugar à construção e expansão de novos saberes socioambientais, alimentando assim, permanentemente, o processo de transição agroecológica, citado por Caporal e Costabeber (2004).

A agroecologia proporciona o conhecimento e a metodologia necessários para desenvolver uma agricultura que é ambientalmente consistente, altamente produtiva e economicamente viável. Ela abre a porta para o desenvolvimento de

novos paradigmas da agricultura, em parte porque corta pela raiz a distinção entre a produção de conhecimento e sua aplicação. Valoriza o conhecimento local e empírico dos agricultores, a socialização desse conhecimento e sua aplicação ao objetivo comum da sustentabilidade. O que se requer, então, é uma nova abordagem da agricultura e do desenvolvimento agrícola, que construa sobre aspectos de conservação de recursos da agricultura tradicional local, enquanto, ao mesmo tempo, se exploram conhecimento e métodos ecológicos modernos.

Esta abordagem é configurada nos referenciais da agroecologia, definida como a aplicação de conceitos e princípios ecológicos no desenho e manejo de agroecossistemas sustentáveis. (Gliessman,2001)

Sendo assim, a agroecologia está intimamente ligada às ações para o desenvolvimento do campo, se contrapondo às ações do agronegócio, que vê o campo e seus sujeitos apenas na ótica do mercado, na geração de lucros, produção de matéria prima para as indústrias, etc.

Os fundamentos da agroecologia e sua relação com a sustentabilidade do campesinato

*"Isto sabemos,
Todas as coisas estão interligadas
como o sangue
que une uma família...
Tudo o que acontece com a Terra,
acontece com os filhos e filhas da Terra.
O homem não tece a teia da vida;
ele é apenas um fio.
Tudo o que faz à teia,
ele faz a si mesmo"*

TED PERRY

Para o alcance da sustentabilidade dos agroecossistemas, a agroecologia adota como princípios básicos a menor dependência possível de insumos externos e a conservação dos recursos naturais. Em contrapartida, os sistemas agroecológicos

buscam maximizar a reciclagem de energia e de nutrientes, de forma a minimizar a perda desses recursos durante os processos produtivos.

Para viabilizar essa estratégia, a agroecologia pressupõe o desenho de sistemas produtivos complexos e diversificados mediante a manutenção de policultivos anuais e perenes associados com criações. Com a diversificação, esses sistemas tornam-se mais estáveis por aumentar a capacidade de absorver as perturbações inerentes ao processo produtivo da agricultura (sobretudo as flutuações mercadológicas e climatológicas), aumentando assim a capacidade de autoreproduzir-se. (Almeida et al, 2004)

Segundo Martins (1999), não existe um manual de *sustentabilidade* e, portanto, as receitas carecem de sentido. É mais um estilo, no sentido de que significa comportamento, conduta e prática. Pressupõe princípios plasmados em valores que constroem a história individual e coletiva do ser humano em sua relação com a natureza.

Para Capra, sustentabilidade é a consequência de um complexo padrão de organização que apresenta cinco características básicas: Interdependência, reciclagem, parceria, flexibilidade e diversidade. Ele sugere que, se estas características, encontradas em ecossistemas, forem "aplicadas" às sociedades humanas, essas sociedades também poderão alcançar a sustentabilidade.

Portanto, segundo a visão de Capra, *sustentável* não se refere apenas ao tipo de interação humana com o mundo que preserva ou conserva o meio ambiente para não comprometer os recursos naturais das gerações futuras, ou que visa unicamente à manutenção prolongada de entes ou processos econômicos, sociais, culturais, políticos, institucionais ou físico-territoriais, mas uma função complexa, que combina de uma maneira particular cinco variáveis de estado relacionadas às características acima.

Para Gliessman (2001) a sustentabilidade significa coisas diferentes para distintas pessoas, mas há uma concordância geral de que ela tem uma base ecológica. No sentido mais amplo, a sustentabilidade é uma versão do conceito de produção sustentável - a condição de ser capaz de perpetuamente colher biomassa

de um sistema, porque sua capacidade de se renovar ou ser renovado não é comprometida. Como a "perpetuidade" nunca pode ser demonstrada no presente, a prova da sustentabilidade permanece sempre no futuro, fora do alcance. Assim, é impossível se saber, com certeza, se uma determinada prática é, de fato, sustentável ou se um determinado conjunto de práticas constitui sustentabilidade.

Contudo, é possível demonstrar que uma prática está se afastando da sustentabilidade (mecanização intensiva, fogo, agrotóxicos, monocultivos extensos e outras). A sustentabilidade é alcançada através de práticas agrícolas alternativas, orientadas pelo conhecimento em profundidade dos processos ecológicos que ocorrem nas áreas produtivas e nos contextos mais amplos dos quais elas fazem parte. A partir desta, podemos caminhar na direção das mudanças socioeconômicas que promovem a sustentabilidade de todos os setores do sistema alimentar. (Gliessman, 2001)

No Brasil, os avanços conseguidos, ainda tímidos, distantes de um resultado encadeado por políticas públicas, mostram que as mudanças da última década decorrem principalmente de iniciativas de setores econômicos na busca de posicionamentos estratégicos frente à globalização de mercados. Em termos de maior visibilidade, o próprio processo de competição fez com que empresas e produtores brasileiros mais articulados com o mercado internacional fossem os primeiros a introduzir instrumentos de gestão ambiental.

No momento atual, as novas configurações do setor produtivo mostram a emergência de abordagem da questão ambiental que incluem todos os atores envolvidos na cadeia produtiva - desde o campo até o consumo final - tendo-se como alvo o mercado externo ou interno. A projeção que se fez é de influência dos requisitos ambientais na formatação do futuro do agronegócio brasileiro, em especial de alimentos.

Sob o enfoque agroecológico, a sustentabilidade deve ser estudada e proposta como sendo uma busca permanente de novos pontos de equilíbrio entre diferentes dimensões que podem ser conflitivas entre si em realidades concretas. (Costabeber e Moyano, 2000) A sustentabilidade em agroecossistemas é algo

relativo que pode ser medido somente *ex-post*. *Sua prova estará sempre no futuro.* (Gliessman, 2000)

Por essa razão, a construção do DRS (Desenvolvimento Rural Sustentável) deve assentar na busca de contextos de maior sustentabilidade, alicerçados em algumas dimensões básicas. Entendemos que as estratégias orientadas ao desenvolvimento rural sustentáveis devem ter em conta seis dimensões relacionadas entre si: ecológica, econômica, social (primeiro nível), cultural, política (segundo nível) e ética (terceiro nível) citado por Costabeber e Caporal (2002).

A corrente agroecológica permeia na necessidade de que sejam construídos processos de desenvolvimento local rural participativo e agriculturas sustentáveis que levem em conta a busca do equilíbrio entre as dimensões da sustentabilidade.

A manutenção e recuperação da base de recursos naturais - sobre a qual se sustentam e estruturam a vida e a reprodução das comunidades humanas e demais seres vivos - constitui um aspecto central para atingir-se patamares crescentes de sustentabilidade em qualquer agroecossistema.

Portanto, "cuidar de casa" é essencial para ações que se queiram sustentáveis, o que exige, por exemplo, não apenas a preservação e/ou melhoria das condições químicas, físicas e biológicas do solo (aspecto da maior relevância no enfoque agroecológico), mas também na manutenção e/ou melhoria da biodiversidade, das reservas e mananciais hídricos, assim como dos recursos naturais em geral.

Não importa quais sejam as estratégias para a intervenção e planejamento do uso dos recursos (uma microbacia hidrográfica, por exemplo), mas importa ter em mente a necessidade de uma abordagem holística e um enfoque sistêmico, dando um tratamento integral a todos os elementos do agroecossistema que venham a ser impactados pela ação humana. (Caporal e Costabeber, 2002)

O papel da Educação do Campo na construção da agroecologia como componente de uma nova visão de desenvolvimento e de uma nova concepção de sociedade

"Vista da distância da lua, o que há de mais impressionante com a Terra, o que nos deixa sem ar, é o fato dela estar viva" Lewis Thomas

A estratégia agroecológica aponta um caminho concreto para promoção de uma tecnologia ecológica e adaptada para a pequena produção. Para produzir alimentos saudáveis, em terras sãs, a manutenção da saúde do solo e da água deve ser a meta primordial do trabalho agrícola.

A Educação do Campo tem papel importantíssimo no desenvolvimento de metodologias que trabalhem com a agroecologia. Se estamos construindo um novo referencial para a Educação do Campo, a agroecologia deve fazer parte desse novo referencial, e, além de fazer parte do currículo, deve desenvolver práticas e vivências que enfoquem uma nova forma de relacionamento entre os sujeitos sociais do campo.

No relacionamento com a natureza, o manejo agroecológico favorece os processos naturais e as interações biológicas positivas, possibilitando que a biodiversidade nos agroecossistemas subsidie a fertilidade dos solos, a proteção dos cultivos contra enfermidades e pragas.

Por meio de diversificação espacial e temporal do sistema de produção e do manejo ecológico dos solos, sustenta-se em seu interior um equilíbrio e uma "infra-estrutura ecológica" que otimiza sinergias entre os seus diferentes componentes, diminuindo a necessidade do aporte de insumos externos. Por exemplo, se existe diversidade de insetos benéficos (predadores e parasitóides) nos sistemas produtivos será menor a possibilidade de desenvolvimento de pragas, eliminando a necessidade de uso de inseticidas. Se o solo for biologicamente ativo, potencializa-se sobremaneira o processo de ciclagem de nutrientes, minimizando a necessidade de fertilizantes sintéticos.

A tecnologia utilizada nos sistemas agroecológicos é multifuncional na medida em que promove efeitos ecológicos positivos, tanto no que se refere à manutenção de bons níveis de produtividade quanto à conservação dos recursos naturais, de forma a garantir a sua sustentabilidade ecológica (PETERSEN, 1999 e REIJNTES, 1994). Essa tecnologia busca alternativas energéticas que não poluam, como, por exemplo, a energia solar, a energia da força da água e do vento, que têm custo mais baixo (pelo menos, a médio e longo prazos) e não poluem. Desta forma, pode-se afirmar que é uma agricultura que tem, a médio e longo prazos, a capacidade de baixar custos. Além disso, as florestas, os rios e o lixo orgânico, no enfoque agroecológico, são encarados como úteis e necessários para a propriedade. As florestas são fornecedoras de matéria prima (lenha, madeira e frutos), auxiliando também na manutenção do equilíbrio ecológico e paisagístico. Os rios são fonte de água, peixes e lazer. O lixo orgânico pode ser transformado facilmente na propriedade em adubo de alta qualidade.

É dessa tecnologia que os camponeses podem utilizar-se para sua luta contra as práticas hegemônicas do agronegócio e assim ajudar a construir as alternativas para uma vida saudável no campo. Nesse tocante, a Educação do Campo tem a função de socializar e sistematizar esses conhecimentos técnicos para usá-los como conteúdos curriculares, ajudando, assim, na disseminação da proposta humanizadora da educação.

Na agroecologia busca-se ainda a produção de sua própria semente agroecológica (mais conhecida como semente orgânica), já que as sementes comerciais, em sua larga maioria são melhoradas geneticamente para somente obter alta produtividade com o uso de todos os itens do "Pacote da Revolução Verde" altamente utilizadas pelo agronegócio. Por isso, para livrar-se dos efeitos do agronegócio, produzir as próprias sementes significa a independência que o agricultor ou sua forma organizativa adquire em relação às grandes empresas do setor.

Os produtores agroecológicos, atualmente, desejam a obtenção adequada de nitrogênio e a manutenção de altos níveis de matéria orgânica no solo para garantir a máxima produtividade. Acreditam que a quantidade de matéria orgânica no solo

está altamente correlacionada à sua produtividade e ao controle da erosão. Por isso, eles freqüentemente aplicam esterco e usam adubação verde e plantas para cobertura com o intuito de manter a matéria orgânica do solo. São conclusões sobre o uso da matéria orgânica por esses agricultores, pois elas não agridem as raízes e não se deixam levar facilmente pela águas.

Mas é importante destacar que o uso da matéria orgânica na agricultura não é novidade. Desde o homem primitivo houve uma procura por terras ricas em matéria orgânica. No Antigo Egito, a terra mais disputada era aquela situada as margens do Rio Nilo; em determinadas épocas do ano o rio transbordava, levando a matéria orgânica em suas águas e depositando-as nas áreas inundadas. Os fenícios, no Oriente, e os Incas, no Ocidente, descobriram que plantando em terraços impediam as perdas de terras e de matéria orgânica. Os índios Maias na América, ao plantar milho, colocavam um ou mais peixes nas cova, oferecendo-os aos deuses, e, com isso, realizavam uma adubação orgânica com matéria prima de fácil decomposição e rica em nutrientes (principalmente o fósforo e o nitrogênio). No Oriente, a prática da adubação orgânica realizada pela restituição ao solo dos restos de cultura e pela incorporação de estercos e camas animais vem sendo realizada há muitos séculos. Na Velha Roma, os filósofos deixaram escrito que algumas práticas agrícolas, tais como, "estercação", calagem, adubação verde, rotação de culturas e cobertura morta eram comuns. (KIEHL, 1985)

A agroecologia não só oferece produtos mais saudáveis e nutritivos, mas também não polui o meio ambiente, preservando os recursos naturais e sendo claramente mais sustentável do que os sistemas convencionais. Um outro manejo extremamente importante da agroecologia é a agrofloresta. Segundo Amador (1999), os sistemas agrofloretais são formas de manejo da terra em que as espécies agrícolas e florestais são plantadas e manejadas em associação, segundo os princípios da dinâmica natural dos ecossistemas. Representam a interface entre a agricultura e a floresta, e otimizam a produção por meio da conservação do potencial produtivo dos recursos naturais.

Os princípios do manejo agroflorestal incluem o conhecimento das características ecológicas e funcionais das espécies, a diversidade e a alta

densidade de plantas, a poda, a capina seletiva e a participação humana e animal na dinâmica das agroflorestas. São sistemas regenerativos e análogos aos sistemas naturais, com grande potencial de aliar a conservação ambiental à produção e viabilidade econômica, representando uma aproximação real do ideal da sustentabilidade. (AMADOR, 1999)

Nessa perspectiva da sustentabilidade, a Educação do Campo tem papel fundamental como portadora do poder transformador, capaz de potencializar sujeitos para manejarem as dinâmicas da agroecologia, proporcionando uma nova visão de desenvolvimento para uma nova concepção de sociedade.

CONCLUSÃO

Pelas as análises realizadas pode-se concluir que o camponês, em sua luta pela conquista e permanência na terra, transformando-a em espaço de vida, em lugar saudável para produzir auto-consumo, se aproxima dos princípios da agroecologia, fundamentada no respeito à natureza, na diversidade da policultura, gerando um ambiente equilibrado.

O camponês é historicamente policultor, pratica a diversidade e o auto-consumo, porque prioriza a produção para sua família em sua luta pela sobrevivência. Produzindo grande parte dos insumos, escapa da dependência do mercado da lógica capitalista. Dessa forma, se contrapõe às práticas do agronegócio e assume a sustentabilidade, que é construída pelas práticas da agroecologia.

Nesse sentido, a agroecologia carrega as bases teóricas da discussão da sustentabilidade, em que estão presente: a desmonetização do camponês, a produção de alimentos limpos, a diversidade da policultura respeitando a natureza, produção e conservação de florestas, enfim, a criação de espaços de vida saudável.

Entendidas dessa forma, a agroecologia e a sustentabilidade podem ser tomadas como resposta concreta ao debate polêmico do fim do campesinato, pois, ao assumi-las, o camponês estará resistindo às práticas mercadológicas do agronegócio. Isso se contrapõe à “profecia” dos teóricos clássicos que previam o fim do camponês, transformado em sujeito submisso às leis do mercado, perdendo sua essência independente de autonomia, porque tem o domínio sobre o produto de seu trabalho.

Sendo assim, ficou claro que o agronegócio é política excludente porque quando assume as leis do mercado, da monocultura para exportação e da lógica do lucro, retira a independência e autonomia do camponês, em que alguns se transformam em empreendedores do campo e outros em miseráveis que aumentam as favelas das cidades.

A política do agronegócio tem motivado conflitos de interesses resultantes do eterno embate entre interesses sócio-econômicos, desprovidos da dimensão

ambiental, desde a omissão ao meio ambiente das relações contábeis, em que o mercado preocupa-se meramente com lei da oferta e demanda, deixando um rastro de destruição nos espaços onde se desenvolve.

A Educação do Campo, forjada na luta dos movimentos sociais, é a ferramenta legítima do camponês. Deve carregar o poder transformador para gerar sujeitos capazes de perceber e entender a agroecologia como um dos pontos de partida para a nova sociedade, somada às novas relações sociais, mais justas, eqüitativas etc.

É necessário que a Educação do Campo seja capaz de auxiliar os sujeitos do campo na busca incansável de recuperar os agroecossistemas atuais, que são uma necessidade real para reservar recursos genéticos para uma geração futura, que na atualidade estamos destruindo.

Se a agroecologia propõe agricultura fundamentada em princípios ecológicos de respeito à natureza, que gera ambiente equilibrado e saudável, ela está em pleno acordo com os propósitos da sustentabilidade do camponês. E a Educação do Campo, nesse contexto, tem a tarefa de formar sujeitos capazes de compreender que a sustentabilidade do campo passa pelo permanente debate agroecológico e de novas relações sociais.

Sustentabilidade esta que tem se apresentado como uma forma alternativa de resistência e oposição à ordem vigente. O termo sustentabilidade compreende o sentido de continuidade de vida, de manutenção ou prolongamento no tempo. O agronegócio não leva em conta esse caráter da sustentabilidade porque se preocupa somente com o imediato, com a produtividade e com o fator econômico. A sustentabilidade requer, no mínimo, a manutenção no tempo de um estoque constante de capital natural. A sustentabilidade é entidade como a de um recurso ou de um ecossistema e depende de um equilíbrio entre os ritmos de extração que asseguram um mínimo de renovabilidade para o recurso.

Desta análise, concluímos que a agroecologia contribuiu para o desenvolvimento do conceito de sustentabilidade na agricultura. Enquanto a sustentabilidade fornece uma meta para focalizar a pesquisa agroecológica, a

abordagem de sistema integral da agroecologia e o conhecimento de equilíbrio dinâmico proporciona uma base teórica e conceitual consistente para a sustentabilidade.

Nessas referências teóricas, observamos como agroecologia e sustentabilidade se entrelaçam e compõem os fundamentos implícitos nas ideologias do camponês que busca uma educação que venha a responder a essa demanda. Sendo assim, a Educação do Campo pode responder a esses propósitos, pois tem no seus pilares o objetivo da formação de sujeitos emancipados, autônomos, capazes de lutar pelo seu espaço de vida.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. Paradigmas do capitalismo agrário em questão. São Paulo: Hucitec, 1992.
- ALMEIDA, J. A construção social de uma nova agricultura. Editora da Universidade. UFRGS, 1999.
- ALMEIDA, S.G., PETERSON, P. CORDEIRO, A. A crise socioambiental e conversão ecológica da agricultura brasileira: Subsídios à formação de diretrizes ambientais para o desenvolvimento agrícola. Rio de Janeiro: AS-PTA, 122p, 2001.
- ALTIERI, M.A. Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável. Guaíba: Editora Agropecuária, 2002, 592p.
- _____. _____.: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. 3. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2001.
- AMADOR, Denise Bittencourt. Mutirão Agroflorestal. Publicação Interturmas. LEAD, 1999
- CALDART, Roseli Salette. Por Uma Educação do Campo: traços de uma identidade em construção. In.: Por Uma Educação do Campo: Identidade e Políticas Públicas. V. 4. Brasília, 2002, p. 25-36.
- CAMPANHOLA, C.; GRAZIANO DA SILVA, J. Diretrizes de políticas públicas para o novo rural brasileiro: incorporando a noção de desenvolvimento local. In: O novo rural brasileiro: políticas públicas. Jaguariúna, SP: Embrapa/Meio Ambiente, 2000. v.4. p.61-91.
- CANDIDO, Antônio. Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 7 ed., São Paulo, Duas Cidades. 1964
- CAPRA, F. A teia da vida – uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. São Paulo: Cultrix, , 1996. 256p.
- CAPORAL F. R. e COSTABEBER, J. A. Agroecologia - Enfoque científico e estratégico. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável., Porto Alegre, v.3, n.2, Abr./Junh.2002.
- CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável: perspectivas para uma nova extensão rural. Porto Alegre: Emater/RS, 2001. 36 p. (Textos Seleccionados, 22)
- CAPORAL F. R. e COSTABEBER, J. A. Agroecologia - Alguns conceitos e princípios. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004, 24P
- COSTABEBER, J. A. Transição Agroecológica: Do Produtivismo à Ecologização (Material Didático Agroecologia), Brasília: MDA/FAO, 2004.

COSTABEBER, J. A.; MOYANO, E. Transição agroecológica e ação social coletiva. *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*, v.1, n.4, p.50-60, out./dez. 2000.

CHAYANOV, Alexander V. *La Organización de la unidad económica campesina*. Buenos Aires (Argentina): Ediciones Nueva Visión, 1985.

CHOMSKY, Noam (2004). *Asaltando la solidaridad, privatizando la educación*. Adital, e-mail, 8 de maio, 3 p.

DELGADO, G.; CARDOSO JR, J. C. Principais resultados sobre a previdência rural na região sul do Brasil; projeto de avaliação socioeconômica da previdência social rural. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. 63 p. (Texto para Discussão n. 734).

DENARDI, R. A. et al. *Fatores que afetam o desenvolvimento local em pequenos municípios do Estado do Paraná*. Curitiba: Emater/PR, 2000. 60p.

EMATER-Paraná. *Cursos de desenvolvimento rural sustentável e planejamento municipal; elaboração e gestão social de planos e projetos: relatos de experiências de crédito rural*. 1999.

FAO/INCRA. *Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto*. Brasília: 2000.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *Delimitação conceitual de campesinato*. Texto, 2004

GLIESSMAN, S. R. *Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável*. Porto Alegre: Editora da Universidade – UFRGS, 2000.

GLIESSMAN, S. R. *Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável*, 2º ed., Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS, 2001.

GUZMÁN CASADO, G.; GONZÁLEZ DE MOLINA, M.; SEVILLA GUZMÁN, E. (coord.). *Introducción a la Agroecología como desarrollo rural sostenible*. Madrid: Ediciones Mundi-Prensa, 2000.

HECHT, S.B. *A evolução do pensamento agroecológico*. In: ALTIERI, M.A. (ed.) 2002.

KAUTSKY, Karl. *La Cuestión agraria: análisis de las tendencias de la agricultura moderna y de la política agraria de la socialdemocracia*. México/ España/ Argentina/ Colombia: Siglo Veintiuno Editores, 1980.

KAUTSKI, Karl. *A questão agrária*. São Paulo: Nova Cultural. 1986.

KIEHL, E. José. *Fertilizantes Orgânicos*. São Paulo: Ed.Agronômica Ceres,1985 492p

LAMARCHE, H. (Coord). Agricultura familiar: uma realidade multiforme. Campinas: Ed. Da Unicamp, 1993.

LAMARCHE, Hughes. A Agricultura familiar: comparação internacional. Campinas (SP): Editora da Unicamp, 1993.

LENIN, V. I. O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia. São Paulo (SP): Nova Cultural, 1985.

MARTINS, S. R. Sustentabilidade na agricultura: Dimensões econômicas, sociais e ambientais. Científica Rural. URCAMP. Bagé, 1999, v.4, n.2, p. 17-187.

MENDRAS, Henri. Sociedades Camponesas. Rio de Janeiro, Editora Zahar, 1978, pp. 12-13.

PERTESEN, Paulo. Informativo Rede Agroecologia. Rio de Janeiro: Rede Agroecologia, Dezembro de 1999.

REIJNTJES, Coen et al. Agricultura para o futuro, uma introdução à agricultura sustentável e de baixo uso de insumos externos. Rio de Janeiro : AS-PTA, 1994. 323p., il., fotos. Bibliografia.

ROCHE, Jean. A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul. POA: Globo, 1969.

SIDERSKY, P. Sobre a especificidade do pequeno produtor. Rio de Janeiro: AS-PTA. 1991. 22p

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Trajetória social e projeto de autonomia ; os produtores familiares de algodão na região de Campinas, São Paulo. Campinas, UNICAMP, 1988. 166 p (Cadernos do IFCH, 19)

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. LOURENÇO, Fernando Antonio. Lagriculteur dans sa localité. IN: LAMARCHE, Hugues. (coord.) L'agriculture familiale . 2. Du mythe à la réalité. Paris, L'Harmattan, 1994. p. 177-199.

WANDERLEY. Maria de Nazareth Baudel. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: Agricultura familiar realidade e perspectivas. 3 ed. Passo Fundo:UPF, 2001.

WANDERLEY. Maria de Nazareth Baudel. A agricultura familiar no Brasil: um espaço em construção. 1995. Mimeo